

DESIGUALDADES REGIONAIS NO MEIO RURAL

*Pedro Sisnando Leite**

Resumo: O crescimento econômico brasileiro tem ocorrido de modo desequilibrado regionalmente, com acentuados desníveis nas condições atuais de vida entre regiões como o Nordeste e o Sudeste. Nos últimos anos têm havido, nos meios acadêmicos, técnicos e políticos, acirradas discussões sobre possíveis agravamentos das deteriorações de tais disparidades, especialmente em relação ao Nordeste. Essas desigualdades são atribuídas geralmente a múltiplas políticas econômicas que tenderam a favorecer as regiões mais ricas em detrimento das demais. É comum também a existência de documentação que procura mostrar melhorias nos desníveis de desenvolvimento da zona rural, motivando uma natural confusão para o entendimento da real situação e tendências regionais deste setor. O presente trabalho tem a finalidade principal de tentar oferecer algumas informações e comentários sobre o desenvolvimento regional rural brasileiro, com o propósito de colaborar na elucidação das dúvidas existentes sobre o assunto e subsidiar a elaboração de possíveis políticas que almejem solucionar os problemas pertinentes. Desenvolvendo suas atividades profissionais no Nordeste, estando, assim, familiarizado com a economia da Região, o autor analisou os problemas da agricultura do ângulo desta região, sem perder de vista as peculiaridades das demais regiões do País. Por simplificação, enfatizou o confronto entre o Nordeste/Sudeste, para exemplificar a dicotomia entre as duas regiões de níveis de desenvolvimento mais díspares do Brasil. O presente estudo não objetivou inculpar o Sudeste e outras regiões pelo ocorrido no Nordeste, nem tampouco omitiu o tratamento diferenciado, consciente ou involuntário, que tem atuado desfavoravelmente no desenvolvimento rural desta última região. Do mesmo modo, outros aspectos econômicos e técnicos são analisados à busca de identificar as verdadeiras causas do subdesenvolvimento ou desenvolvimento do meio rural brasileiro. Enfim, o propósito deste trabalho é suscitar o interesse pela discussão do importante problema, particularmente agora que se reconhece indispensável o progresso da agricultura como condição essencial ao desenvolvimento econômico harmônico e equitativo a que todas as nações modernas aspiram.

* Professor Adjunto do Departamento de Economia Agrícola, do Centro de Ciências Agrárias, e do de Teoria Econômica, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Ceará; Chefe da Coordenadoria de Estudos Agropecuários do ETENE/Banco do Nordeste do Brasil S.A.

CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A população do Brasil era de 119 milhões de habitantes em 1980, cabendo ao Nordeste 29% desta população, ou seja, 35 milhões de pessoas. O Sudeste contava com 43% deste total e o Norte com apenas 5%. Com relação à participação das mencionadas regiões na formação do produto interno bruto, o Norte contribuía com 2%, o Nordeste com 13% e o Sudeste com 65%. Os 20% restantes, naturalmente, correspondiam às regiões Centro-Oeste e Sul.

Muitos indicadores são usualmente utilizados com a finalidade de destacar a posição relativa das grandes regiões brasileiras quanto aos aspectos territoriais, demográficos, econômicos e sociais. Na tabela 2 e na figura 1 encontram-se algumas dessas citadas características que, para não se descender a detalhes, não serão aqui comentadas.

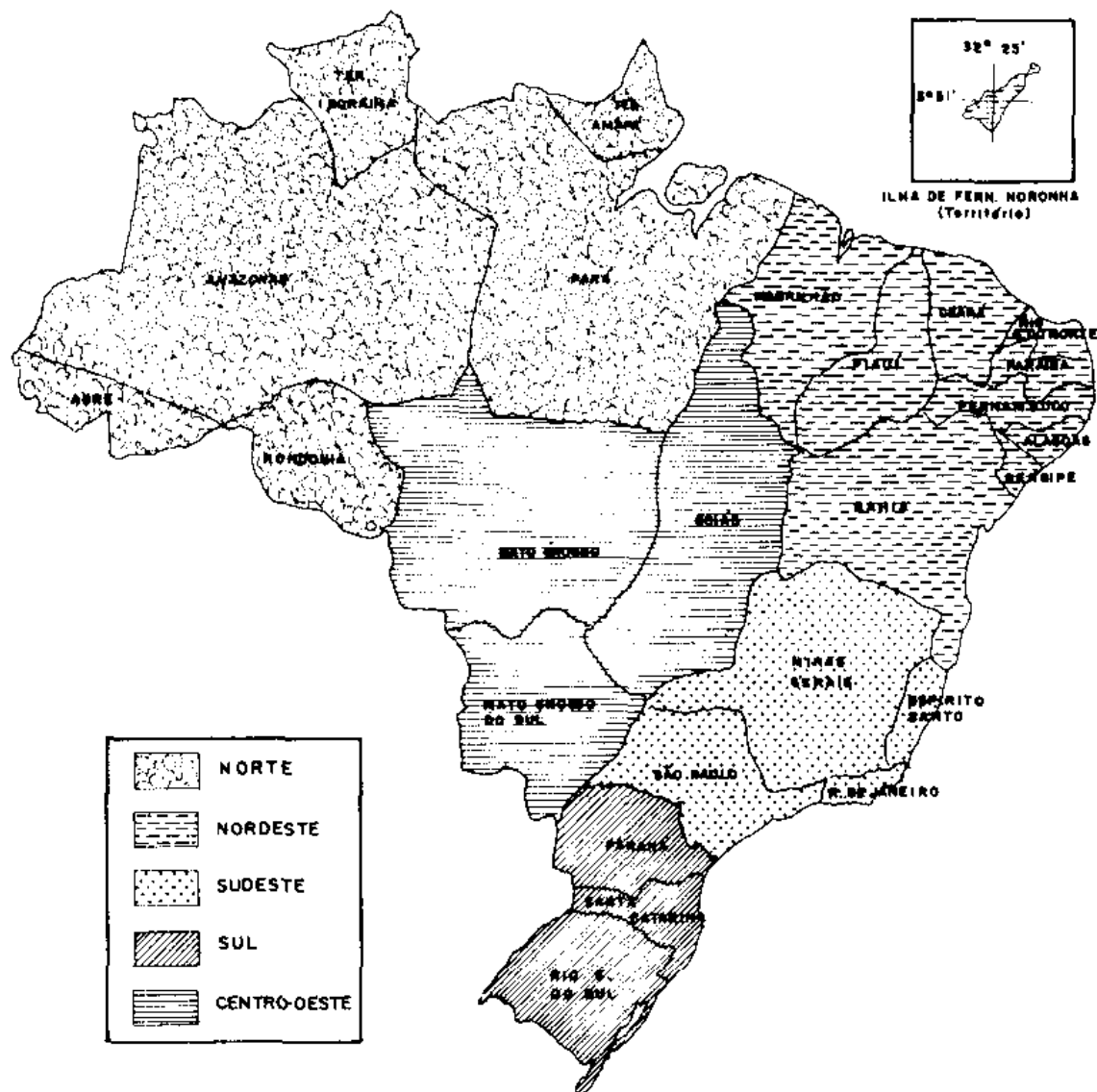
De significação especial, contudo, é a comparação da renda "per capita" entre essas regiões, com o intuito inicial de posicionar, a grosso modo, os estágios econômicos em que se encontram as diversas áreas geo-econômicas do País. No decurso deste trabalho, o autor adotará um conceito abrangente de desenvolvimento econômico, de modo a incluir tanto os elementos econômicos como os sociais e institucionais.

A expressão desenvolvimento rural está também utilizada neste trabalho com o significado de aumento da produção e da produtividade agrícolas, associado à melhoria das condições de vida da população de baixa renda do meio rural, expressas em: melhor saúde, moradia, educação, oportunidades de emprego e diminuição das desigualdades na distribuição da renda setorial e social. Este processo deve ser integral e englobar os aspectos da vida do campo. Significa as transformações estruturais que motivam o progresso da família e da comunidade.¹

O desenvolvimento rural, enfim, é entendido como baseado nos princípios da satisfação das necessidades essenciais. Deve ser realizado com a participação das massas e segundo um equilíbrio entre os centros urbanos e as zonas rurais; com a integração da indústria, agricultura e serviços; e levando em conta simultaneamente os aspectos econômicos, sociais, físicos e organizacionais.

¹ Ismail Sabri Abdalla. "Depaysation ou développement rural? Un choix de conséquences" Le Caire, 1979.

FIGURA 1
DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL



FONTE: R. bras. Estat., Rio de Janeiro, 30 (119): 353-376, jul/set. 1969.

Dentro dessa ordem de idéias, pode-se observar que, no tocante apenas aos dados de produto "per capita", o Nordeste alcançou US\$667 em 1980 e o Brasil US\$1,680.00, ou seja, uma participação do primeiro sobre o segundo de, aproximadamente, 40%. Tendo em vista, porém, que este valor para o Sudeste foi de US\$2,513, verifica-se que o do Nordeste corresponde a apenas 27% do daquela região. Cabe considerar também que essas diferenças são reproduzidas no confronto das áreas rurais e urbanas. O produto interno bruto dos residentes na zona rural do Nordeste, por exemplo, era de US\$403, correspondente em média a 30% dos moradores dos outros centros urbanos do próprio Nordeste e somente a 41% de igual zona do Sudeste, como indica a tabela 2. Da mesma forma, a situação da população urbana do Nordeste contava, no ano em comentário, com um produto "per capita" de US\$1.345 em média, abaixo 50% do nível alcançado no Sudeste e mesmo um pouco inferior ao montante da região Norte. Em outras palavras, a disparidade do nível de renda das pessoas residentes no quadro rural do Nordeste é mais acentuada em comparação com a obtida pelos nordestinos radicados nas cidades da própria região, do que a renda média do Nordeste em relação ao Brasil como um todo.

Outras características regionais do Brasil podem ser notadas na tabela 2. Na figura 2 observa-se um confronto entre tais indicadores nas regiões Nordeste, Sudeste, e Brasil.

A título de ilustração, cabe considerar alguns dados sobre o assunto. É interessante verificar, por exemplo, que o Sudeste detém uma parcela maior do produto agrícola brasileiro do que o Nordeste e é ultrapassada apenas pela região Sul. No setor industrial, porém, encontra-se a mais vexatória diferença: o Sudeste (Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) conta com 80% de toda a produção industrial do País. O Nordeste, segundo esses dados para 1970, produziu apenas 6% da renda interna industrial, o Sul alcançou 12% e as demais regiões do Norte e Centro-Oeste tiveram participação apenas simbólica.

Destaca-se o Nordeste como a região do País que emprega o maior contingente de mão-de-obra rural, cerca de 40% do Brasil, apesar de caber ao Sudeste 62% do emprego industrial e ao Nordeste apenas 17%. O Norte e Centro-Oeste, conjuntamente, ocupam somente 5,6% do emprego do setor secundário e 10,8% do setor agrícola. De acordo com os dados em comentário, o Nordeste é a região com o mais elevado contingente de analfabetos do Brasil, enquanto o Sudeste e Sul já alfabetizaram cerca de 70% das pessoas com 5 anos e mais.

TABELA 1
População, PIB c.f. e "Per Capita"
1980

Algumas Regiões	Estrutura Percentual		US\$/Habitante		
	Popu- lação	PIB c.f. Total	Urbano	Rural	Total
Norte	5	2	1.551	254	679
Nordeste	29	13	1.345	403	667
Sudeste	43	65	2.789	999	2.513
BRASIL	100	100	2.423	648	1.680

Fonte dos dados originais: SUDENE – FGV – IPEA.

Metodologia: foram calculados PIB c.f. total "per capita", para Nordeste e Brasil, tomando-se como ponto de partida o PIB c.f. de 1980, a preços de 1970, e transformando-o em dólares de 1970, pela aplicação da taxa de câmbio média anual de 1970 (4,589) e posteriormente corrigindo-se o dólar de 1970 para dólar de 1980, pelo fator de correção (2,134), conseguido através das variações anuais dos preços ao consumidor nos Estados Unidos, no período 1970-80. Para as demais regiões, com base nas suas participações em relação ao PIB c.f. total, foram calculados os valores absolutos que, divididos pela correspondente população, deram origem ao PIB c.f. "per capita". Para os setores urbano e rural foi observada a mesma estrutura constante da tabela nº 4 do trabalho de Pedro Sisnando Leite, "Panorama do Desenvolvimento Agrícola do Nordeste" – Separata da Revista Econômica do Nordeste, vol. 9, nº 2, abr/jun. 1978 que, aplicada ao PIB c.f. "per capita" total do Brasil, permitiu calcular os valores absolutos constantes nesta tabela.

Do ponto de vista da estrutura produtiva, o setor agropecuário do Nordeste contribuiu com 30% para a formação da renda interna, em 1969, percentagem que no Sudeste foi de apenas 10%, segundo estimativas baseadas em informações do Centro de Contas Nacionais, da Fundação Getúlio Vargas. Na América Latina, apenas o Haiti e o Paraguai têm participação da agricultura na formação da renda igual ou superior ao Nordeste.

O montante das despesas públicas federais nos setores sociais é comumente lembrado como demonstração das diferenças de bem-estar entre as regiões brasileiras. Segundo estimativas do Prof. Osmundo Rebouças, do Instituto de Pesquisas Econômicas da SEPLAN-CE., 70% desses gastos do Brasil são efetuados no Sudeste, com 42% da população, e 13% no Nordeste, com 30% dos habitantes do País. A relação entre gastos e população também é desfavorável no Sul e no Norte; no Centro-Oeste também o contingente populacional ultrapassa percentualmente as despesas sociais.

Muitos outros aspectos poderiam ser realçados para explicitar as diferenças do grau de desenvolvimento econômico e social existentes no Brasil entre as macrorregiões brasileiras. Tudo isso, contudo, torna-se desnecessário, pois é volumosa a literatura sobre o assunto. A preocupação principal deste trabalho, além disso, é procurar quantificar, de modo simples, as desigualdades regionais no meio rural, como subsídio a uma melhor compreensão dessa discutida problemática. Não há dúvida de que a questão da localização da atividade econômica e da concentração da renda em certas regiões, em suposto detrimento de outras, tem causas variadas, o que torna difícil a sua análise setorialmente. Procura-se, portanto, simplificar da melhor maneira possível neste trabalho a análise das disparidades do meio rural, a despeito da diversidade e complexidade do assunto.

No contexto internacional, se o Nordeste do Brasil fosse considerado como uma nação, ocuparia o 79^o em grau de desenvolvimento, segundo estudos realizados pelo economista Pedro Jorge Ramos Vianna,² do Banco do Nordeste.

A determinação da posição do Nordeste, com este propósito, foi calculada pelo mencionado economista, tomando por base a área, população, PNB (total e "per capita"), gastos públicos "per capita" em saúde e educação, assistência médica e hospitalar, abastecimento d'água, mortalidade infantil, expectativa de vida e taxa de alfabetização.

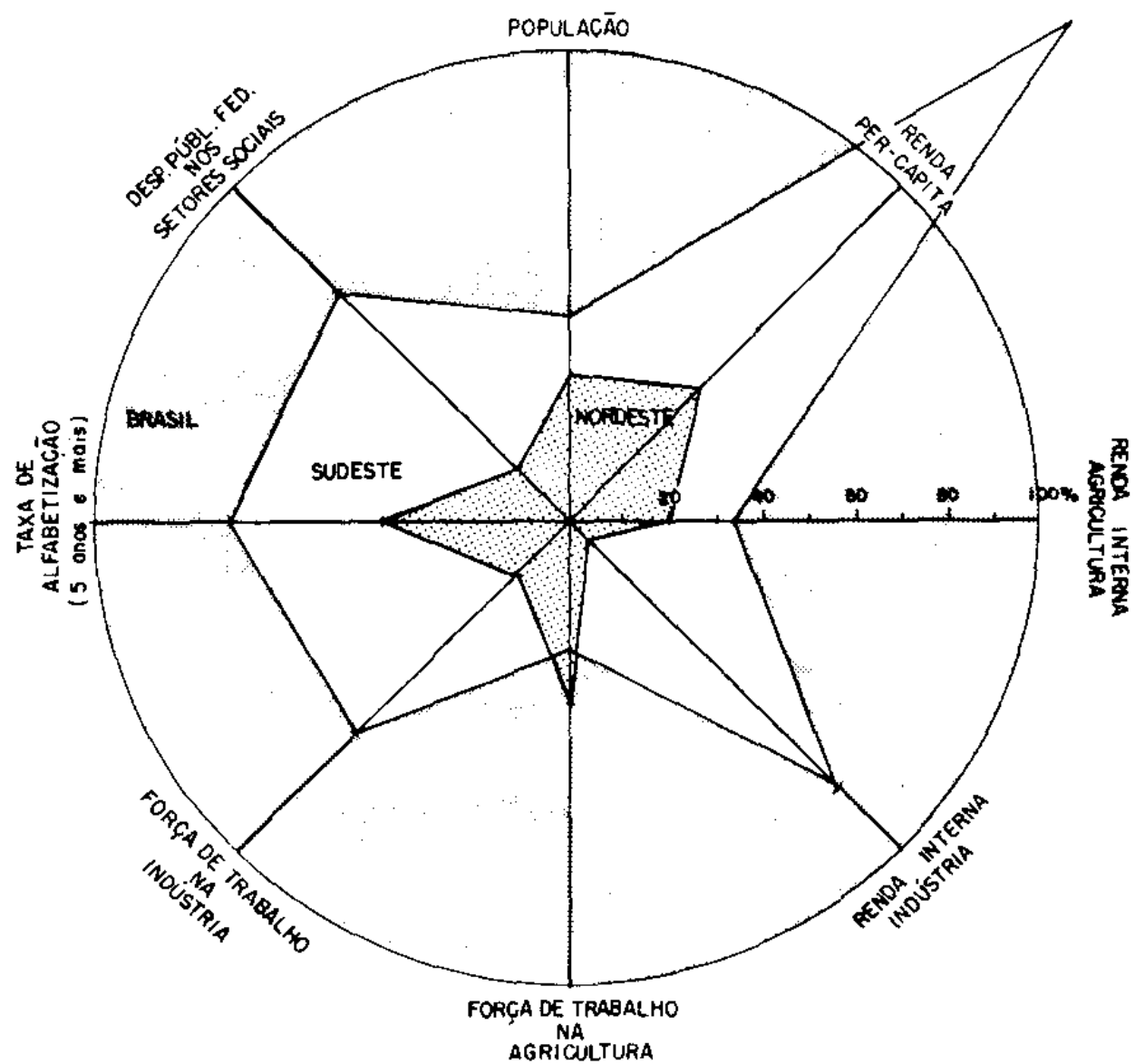
² "Nordeste: a 79a. Nação". *Revista Econômica do Nordeste*, nº 1, v.12, 1981.

TABELA 2
Características Regionais do Brasil – 1970

Regiões	Área	Renda “Per Capita”	Renda Interna		Força de Trabalho		Taxa de Alfabeti- zação (5 anos e mais)	Despesas Públicas Federais nos Setores Sociais
			Agri- cultura	Indús- tria	Agri- cultura	Indús- tria		
Norte	42,0	55,0	3,6	1,1	4,5	2,2	54,3	2,3
Nordeste	18,2	39,0	20,3	5,8	39,9	16,8	39,2	13,4
Sudeste	10,9	153,0	33,8	80,3	26,9	62,8	71,6	69,6
Sul	6,6	97,0	35,4	12,0	22,4	14,8	70,1	11,1
Centro-Oeste	22,3	67,0	7,0	0,9	6,3	3,4	56,9	3,6
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	60,3	100,0

Fonte: Osmundo E. Rebouças. “Política fiscal e disparidades regionais no Brasil”. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*. Recife, CONDEPE, 1980.

FIGURA 2
COMPARAÇÃO DE ALGUNS INDICADORES
ENTRE O BRASIL, SUDESTE E NORDESTE
1970



Comparativamente com outros países, a situação do Nordeste em 1976 apresentava uma classificação geral de desenvolvimento abaixo de todos os países da América do Norte, Europa Ocidental e Oriental. Quanto ao Oriente Médio, o Nordeste somente não estava inferior ao Egito, República Árabe do Iêmen, República Democrática do Povo do Iêmen, Jordânia e Síria. No Extremo Oriente encontrava-se abaixo de todos os países, exceto de Burma, Camboja, China, Indonésia, Laos, Tailândia e Vietnã. Em contrapartida, achava-se mais desenvolvido que todos os países do Sul da Ásia, assim como da África, com exceção da Argélia, Gabão, Líbia, Maurício, África do Sul e Tunísia. Por fim, demonstra o interessante estudo do Prof. Pedro Jorge que o Nordeste estava em situação inferior de desenvolvimento econômico e social a todos os países da Oceânia, exceto apenas Papua Nova Guiné.

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O problema das disparidades regionais tem ocupado de modo crescente o interesse nos debates públicos, na literatura profissional e na formulação das políticas governamentais. “Os fatores regionais” — afirma Stefan H. Robock — “estão subjacentes em muitos dos urgentes problemas econômicos, políticos e sociais que ora estão sendo enfrentados por grande número de países subdesenvolvidos. No Paquistão (Leste *versus* Oeste) e na Indonésia (Java *versus* demais ilhas), os problemas econômicos e políticos das regiões são tão críticos que às vezes têm ameaçado a sobrevivência do próprio Estado. Na Birmânia, a distribuição entre as capitais e ‘a região alta’ é extremamente importante. Na Federação da Malásia e no Nepal, muitos dos difíceis problemas de planejamento são diretamente ligados a fatores regionais”.³ A Rússia tem dedicado muita atenção, em seus planos setoriais, à distribuição das forças produtivas em seu território.⁴ E a tarefa do desenvolvimento equilibrado espacialmente é fortemente contemplada nos planos de desenvolvimento da Índia.⁵

O relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que serviu de base para a concepção e criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), destaca enfaticamente: “A disparidade de níveis de renda existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul do

³ “Regional and national economic development in India”. New York, 1960.

⁴ “Target figures for the economic development of the U.S.S.R.: from 1955 to 1966”. London, Soviet Booklet nº 49, 1959, p. 13.

⁵ “State development plans review of progress”. New Delhi, Planning Commission, 1958.

País constitui, sem dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional. Essa disparidade é maior que a observada entre as economias do Centro-Sul e a dos países industrializados da Europa Ocidental”.⁶

A mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1962, por exemplo, já destacava no item sobre problemas regionais e de integração nacional: “A diversidade dos índices de desenvolvimento das regiões geo-econômicas do Brasil constitui um dos mais sérios problemas em que se defrontam as autoridades públicas. O panorama dessa situação já pode ser conhecido e as medidas para corrigir os desequilíbrios têm de ser encontradas e aplicadas a tempo”. Destaca, ainda, a referida mensagem: “Identifica-se uma evolução espontânea e desordenada, que vem aos poucos solapando as bases tradicionais em que se apoiava a estruturação administrativa federal, sempre voltada a grandes problemas setoriais isolados, sem levar em conta as perspectivas econômicas das regiões ante a realidade da unidade nacional”.

As desigualdades regionais, afirma Roberto Cavalcante de Albuquerque (então Secretário de Planejamento do Ministério do Interior), foram acentuadas no último quarto de século no Brasil, como decorrência do processo de industrialização polarizado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estes dois Estados concentravam em 1978 cerca de 70% do produto industrial do País, 43% da população urbana e mais de 50% do setor serviços. A participação do Nordeste na formação da renda industrial brasileira foi neste ano de apenas 8%, apesar de todo o esforço desenvolvido pela SUDENE, através dos incentivos fiscais, com esta finalidade. Em resumo, afirma o mencionado economista, “são basicamente os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro que determinam as desigualdades no Brasil.”⁷

A versão mais recente aceita pelos técnicos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como justificativa da persistência do atraso do Nordeste, relativamente ao Sudeste e ao Sul do País, fundamenta-se em três principais razões:

O processo de integração nacional orientado para a concentração das unidades industriais dinâmicas e a rápida modernização das atividades manufatureiras tradicionais no Sudeste, reduzindo a participação do produto in-

⁶ “A política de desenvolvimento regional no Brasil” (1980-1985). Brasília, MINTER, 1979.

⁷ Op. cit., p. 3.

dustrial do Nordeste em nível nacional de 9%, em 1950, para 6% nos anos recentes. Ao mesmo tempo, o crescimento industrial da região se faz com alto grau de dependência das regiões mais desenvolvidas do País. De fato, estudos da SUDENE e do Banco do Nordeste constataram que 3/4 do capital social das empresas mais importantes, bem como 3/5 dos mercados e metade dos insumos utilizados por essas indústrias são pertinentes à área fora da região Nordeste. Nada menos de 96% do valor dos equipamentos adquiridos com os recursos destinados à região retornaram para o Sudeste (60%) ou exterior (36%), impossibilitando “internalizar os efeitos da industrialização de modo a diversificar seu parque manufatureiro e beneficiar a agropecuária regional”.⁸ Conclui a SUDENE, afirmando que por força disso têm sido reservados à indústria e à agricultura de exportação funções secundárias incapazes de oferecerem as oportunidades de emprego e de renda à população regional.

A intervenção governamental na economia. As teorias sobre as disparidades de desenvolvimento diferenciado entre regiões comumente atribuem às forças de mercado a motivação dominante para tais desequilíbrios. A fim de contrapor essas tendências concentradoras do sistema econômico de “livre comércio”, é atribuído à ação governamental um papel corretivo e equilibrador dos ritmos de crescimento nas regiões ou classes sociais. No caso específico do Brasil, porém, acham os técnicos da SUDENE que “o setor público tem colaborado para o agravamento das disparidades entre o Nordeste e as demais regiões brasileiras, através das políticas de comércio exterior, cambial e monetária”. A proposta do Plano de Desenvolvimento do Nordeste para 1980-85 destaca: “Com efeito, tanto como agente disciplinador da atividade econômica, quanto como agente produtor, vem seguindo (o governo) estritamente as leis do mercado . . . ampliando as disparidades inter-regionais, além do que espontaneamente ocorreria por força dos mecanismos de mercado”.

A Centralização política e administrativa, ocorrida no Brasil a partir do final da década dos sessenta, transferiu para fora da região as decisões fundamentais da política de desenvolvimento regional. Isto motivou o consequente esvaziamento dos organismos e instrumentos de ação para a concepção e comando dos programas adaptados à realidade regional. Desde então, explica a SUDENE, ocorreu “um retorno ao tratamento segmentado dos problemas e a negociação individual dos recursos, conduzidos pelo poder central, com o que se estimulou a solidariedade, a coesão e a força política da região”.⁹

⁸ “Proposta do Plano de Desenvolvimento do Nordeste – 1980-85”. Recife, SUDENE, 1979.

⁹ Op. cit., pp. 21-22.

As raízes do subdesenvolvimento do Nordeste e das disparidades regionais são analisadas pelo ex-presidente do BNB e professor Antônio Nílson Craveiro Holanda, de acordo com três grupos de elementos: fatores básicos ou causais, fatores de reforço ou sustentação e fatores compensatórios.¹⁰

Segundo esse competente economista, o atraso do Nordeste está associado à pobreza de recursos naturais comparativamente com as regiões mais desenvolvidas, no tocante a recursos de solo, água, minerais e fontes de energia.

As grandes oportunidades históricas dos últimos 50 anos também não favoreceram a economia do Nordeste. Entre estes fatos são enumerados pelo professor Nílson: a prosperidade da economia cafeeira, a crise de 1929 e os efeitos econômicos da Segunda Guerra Mundial que ficaram concentrados no Centro-Sul, onde já existia uma infra-estrutura razoável. Com a intensificação da industrialização no Centro-Sul, São Paulo aumentou sua participação de 16% da produção industrial brasileira, em 1907, para mais de 50% atualmente.

“Em terceiro lugar” — afirma Dr. Nílson — “a política governamental que deveria ter funcionado como um fator de compensação ou correção desses desequilíbrios operou, na realidade, durante muito tempo, como mais um elemento dessas desigualdades”. Naturalmente, como admite o referido economista, as políticas e medidas adotadas pelo governo para proteger o desenvolvimento econômico do Centro-Sul orientavam-se por interesses nacionais, mas que na prática contribuíram para a concentração da renda no pólo mais desenvolvido do País.

Estes resultados estão em contradição com os propósitos contidos nas palavras do Presidente Kubitschek dirigidas ao povo, quando de sua visita ao Vale do Piancó, Paraíba:¹¹ “Todos esses programas têm um objetivo comum: robustecer a economia nordestina e combater o desnível crescente entre o Norte e Sul do país. Sem uma integração do Nordeste na economia nacional, não estamos fazendo justiça à admirável contribuição do povo desta região, para o progresso do País e para a segurança nacional”.

¹⁰ Antônio Nílson Craveiro Holanda. “Mecanismos de desconcentração espacial da economia”, contribuição apresentada ao II Seminário de Integração Nacional, patrocinado pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE). Rio de Janeiro, BNB, 1978.

¹¹ Inauguração do açude “Mãe-d’água” e da primeira unidade geradora de Curema, no dia 15 de janeiro de 1957.

Afora as contribuições proporcionadas pelo Banco do Nordeste, SUDENE, os programas de incentivos fiscais (34/18, FINOR) e outros investimentos governamentais de apoio à economia do Nordeste, muitas são as iniciativas de caráter nacional que repercutem negativamente ao nível das regiões mais pobres, neutralizando as ações diferenciadoras espacialmente.

Apenas como exemplo, o Dr. Nílson cita, neste particular, a política de fortalecimento do mercado de capitais, programa de apoio às siderúrgicas, construção naval, equipamento ferroviário, indústria aeronáutica, etc; políticas de incentivos à ciência e tecnologia, a política de funções e incorporações de bancos, a política de promoção de exportações, e assim por diante.

Como admite o economista Osmundo Rebouças, que coordenou estudos no Banco do Nordeste sobre a economia da região: "As políticas para o Nordeste são consideradas regionais e os programas para as regiões mais ricas são reconhecidos como de caráter nacional".¹²

O Dr. Camillo Calazans de Magalhães, atual Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, em entrevista ao jornal O Globo, de 16.12.81, adverte, porém: "Na realidade a desigualdade entre o Nordeste e o resto do País, principalmente o Centro-Sul, tem assumido proporções graves, mas isto não significa dizer que os investimentos na região são pouco produtivos e, muito menos, que o Nordeste é economicamente inviável".

As disparidades de desenvolvimento do meio rural no Brasil podem ser classificadas em dois tipos:

- a) as desigualdades e padrões diferenciados entre as regiões subdesenvolvidas, especialmente o Nordeste, e as regiões do Sudeste (principalmente) e do Sul do Brasil, onde prevalecem níveis de desenvolvimento rural bem mais elevados, ou seja, diferenças entre o meio rural de regiões diferentes do País;
- b) desigualdades de desenvolvimento entre as zonas rurais e urbanas no Nordeste e, em menor expressão, no próprio Sudeste. Neste caso, trata-se dos desníveis inter-setoriais no mesmo espaço geográfico regional.

De qualquer forma, as disparidades da agricultura e do meio rural não podem ser entendidas isoladamente do problema econômico global des-

¹² Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v.10, nº 2, abril/jun. 1979.

sas regiões. A agricultura tem sido considerada tradicionalmente, nas políticas econômicas do Brasil, como subsidiária dos demais setores, razão por que está fortemente dependente do setor urbano. Na verdade, mesmo os economistas agrícolas destacam como funções da agricultura fornecer capital para os centros urbanos, matérias-primas e mão-de-obra para as indústrias das cidades, alimentos baratos para os operários dessas empresas, fonte geradora de divisas para a importação de equipamentos para a indústria e até mercado para os bens manufaturados.

Os estudos do Banco Mundial¹³ realçam que freqüentemente as políticas econômicas dos países subdesenvolvidos não estão em consonância com o desenvolvimento rural. Além disso, as políticas fiscais, de crédito, de assistência técnica são também normalmente discriminatórias entre os pobres das zonas rurais, enquanto os ricos contam com toda a ajuda e tratamento mais benevolente.

Enfim, um setor dependente e sem compensações ou reciprocidades provenientes dos setores urbanos. O fornecimento de insumos industriais e equipamentos, mencionados freqüentemente como elemento de complementaridade setorial, não tem ocorrido no Nordeste e noutras regiões agrícolas subdesenvolvidas, onde tais bens não são efetivamente utilizados pelos agricultores tradicionais, que constituem a grande maioria dos produtores.

AS CONDIÇÕES DE VIDA NO MEIO RURAL

Em 1980, existiam, no quadro rural do Nordeste, 3,6 milhões de domicílios e, no Sudeste, cerca de 2,0 milhões. Aproximadamente 70% dessas residências no Nordeste eram próprias e 25% cedidas, situação diversa do Sudeste, onde os domicílios próprios correspondiam a 45% e os cedidos, a 48%.

No Sudeste rural, em 85% dos domicílios o abastecimento de água era feito pela rede geral e por poço ou nascente, modalidade que alcançava apenas 37% das residências do Nordeste rural. As instalações sanitárias — fossa séptica e rudimentar — beneficiavam 12% dos domicílios situados na zona rural do Nordeste, contra 50% no Sudeste. O uso do fogão a gás de botijão ocorria apenas em 8% dos domicílios do Nordeste rural, alcançando 22% no Sudeste. Evidentemente, os demais domicílios ainda recorriam à lenha e ao carvão na preparação de alimentos.

¹³ "Rural development". Washington, World Bank, february, 1975.

Outras comodidades encontradas nas cidades, mesmo das áreas mais subdesenvolvidas, estão ainda ausentes da maioria dos domicílios rurais. A energia elétrica, por exemplo, não chegava, em 1980, a 92% dos domicílios rurais do Nordeste, apesar de, no Sudeste, essa percentagem ter sido somente de 62%. A proporção de residências com telefone, geladeira, automóvel é insignificante e mesmo a televisão existe apenas em 5% dos domicílios do meio rural do Nordeste. Dos eletrodomésticos, é o rádio o único de uso mais generalizado, encontrando-se em 59% dos domicílios.

No Sudeste, afora o telefone, que existe em apenas 2% dos domicílios, as demais facilidades domésticas são bem mais difundidas. O rádio, por exemplo, foi encontrado pelos recenseadores de 1980 em 78% dos domicílios do quadro rural dessa região, e a televisão e geladeira, em mais de 20%. Mesmo o automóvel, que no Nordeste rural ainda é um luxo inatingível, 318 mil residências no Sudeste já o utilizam, ou seja, 16% de todos os domicílios.

Em resumo, pode-se dizer que, comparativamente com as zonas urbanas, as facilidades domésticas para uma vida material mais amena é substancialmente inferior na zona rural, tanto do Nordeste como do Sudeste. Sob todos os pontos de vista, os padrões de área por morador e de "conforto" domiciliares rurais do Nordeste estão, contudo, bem aquém dos prevalecentes em iguais áreas do Sudeste. Tais diferenças são ainda mais distanciadas no que diz respeito às características materiais das habitações. No Nordeste, o tipo generalizado de domicílios é ainda sem piso, muitos de taipa e cobertura de palha e condições sanitárias precárias, especialmente nos Estados mais pobres, como Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Em uma proporção não desprezível, pode-se dizer sem exagero que se trata de domicílios que são apenas um pouco mais do que "palhoças".

A estes dados, podem-se acrescentar algumas considerações sobre outros fatores condicionantes do padrão de vida do agricultor nordestino e do Sudeste. Apesar dos esforços feitos nos últimos anos para melhorar as condições de saúde da população rural do Nordeste, por exemplo, são ainda notórias as deficiências nesse tocante. Esta situação torna-se mais séria pelas razões que os estudos das Nações Unidas apontam: "Um meio ambiente hostil, pobreza, ignorância das causas das doenças e das medidas de amparo, falta de serviços de saúde e incapacidade de procurá-los e utilizá-los, são fatores que podem associar-se para causar esta triste situação".¹⁴ As deficiências dos serviços de saúde do Nordeste podem ser identificadas pelas altas

¹⁴ Proposições alternativas para o atendimento das necessidades básicas de saúde nos países em desenvolvimento. Washington, UNICEF, 1975.

taxas de mortalidade infantil, estado de morbidade marcado pelas doenças provenientes das deficiências nutricionais, baixo peso e doenças gastroentéricas e infecciosas. Para se ter uma idéia dessas carências, basta verificar que apenas 34% dos municípios do Nordeste possuem instalações hospitalares, dos quais 30% contam apenas com 1 médico e 58% com até 3 médicos.¹⁵ A má distribuição do pessoal de saúde é por demais conhecida, além dos costumes e tabus que limitam o uso dos poucos serviços existentes à disposição dos agricultores nordestinos.

Embora se compreendam as dificuldades para melhorar tal estado de coisas, especialmente pela grande dispersão e altos custos de tal assistência, não se pode esquecer de que o baixo padrão de saúde provoca, por sua vez, uma baixa produtividade do trabalho e de renda, perpetuando o estado de pobreza e atraso do quadro rural.

Todos esses aspectos são bastante conhecidos, mas, raramente, são levados em conta nas diretrizes, políticas e programas voltados para o quadro rural do Nordeste. O programa POLONORDESTE é um dos poucos que atenam para tais problemas.

Alguns dos problemas abordados aqui também são comuns no Sudeste rural. As estatísticas comprovam, todavia, que a situação no Nordeste é bem mais grave. Na verdade, o desenvolvimento dos serviços de saúde é realizado “pari passu” com o progresso das áreas rurais, razão por que são admissíveis as diferenças de condições entre as duas regiões neste particular.

Dois elementos adicionais expressivos para definirem as condições de vida do homem do campo são: o nível de rendimento e o grau de educação formal dessa população. Uma classificação por grupos de rendimentos mensais, segundo os níveis de salário mínimo, indica que 71% dos trabalhadores rurais do Nordeste estavam na linha da pobreza absoluta, em 1979, contra 43% no Sudeste.¹⁶ Somando-se os que recebem rendimentos em dinheiro com os que não recebem remuneração monetária, verifica-se que, desse total geral, existiam no Nordeste 30% nesta categoria (sem rendimentos) e 18% no Sudeste. Com mais de 5 salários mínimos, que correspondem a um nível de rendimento capaz de oferecer um mínimo de conforto, apenas 1% recebia rendimentos no Nordeste e 6% no Sudeste. Nas atividades não-agrícolas ou

¹⁵ “Saúde e Infra-estrutura”. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil/Fundação IBGE, 1977.

¹⁶ A linha da pobreza corresponde ao nível do salário mínimo em cada uma das regiões anunciadas.

nos setores industriais e de serviços, também estavam quase 60% dessas pessoas com até um salário mínimo no Nordeste e 20% no Sudeste.

Pode-se dizer, em síntese, que os níveis de rendimentos no Nordeste são mais baixos em comparação com o Sudeste, tanto no quadro rural como no urbano. Tendo em vista, adicionalmente, que no Nordeste a proporção das pessoas que está na zona rural, no nível de um salário mínimo, é de 53% do total dessa categoria, contra apenas 44% no Sudeste, vê-se que, também, por esse motivo, o Nordeste se inferioriza, ou seja, os níveis de rendimentos no quadro rural são mais baixos no Nordeste, ao tempo em que, proporcionalmente, mais pessoas desta região estão neste grupo.

No que se refere ao nível educacional, cabe mencionar que, em 1980, das pessoas com 5 anos e mais, 60% não sabiam ler e escrever, na zona rural do Nordeste (cerca de 9 milhões de pessoas), e apenas 35%, no Sudeste (5 milhões de pessoas). Nas zonas urbanas, a percentagem de alfabetização de pessoas de 5 anos e mais era de 66% no Nordeste e 85% no Sudeste.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, da F.IBGE, dos 4,6 milhões de pessoas com mais de 10 anos, que declararam haver freqüentado escola, 54% tiveram apenas um ano de estudo no Nordeste. Nesta categoria, o Sudeste contava com 13%, dos 4,5 milhões da população de mais de 10 anos. Com 2 anos de estudo, o Nordeste tinha, proporcionalmente, mais do que o Sudeste, mas, nos demais níveis de anos estudados, o Nordeste estava inferiorizado em todos os casos. Pode-se deduzir, portanto, que os níveis educacionais do Sudeste são bem melhores do que os do Nordeste, tanto em quantidade como em qualidade.

É oportuno mencionar ainda que, dos 3,0 milhões de estudantes de 5 anos e mais que estavam freqüentando escolas, em 1979, com domicílio rural, 3,3% estavam no pré-escolar, 95,2% no 1º grau, 1,4% no 2º grau e 0,1% nos cursos superiores. No Sudeste, o total de pessoas estudantes nesta situação era de 2,0 milhões, com 1,7% no pré-escolar, 93% no 1º grau, 4,2% no 2º grau e 0,8% nos cursos superiores, correspondendo este último caso a 14 mil universitários, contra 2,2 mil no Nordeste.

Todos estes fatores, naturalmente, estão contribuindo para que, comparativamente com o Sudeste, haja muita população e pouca produção no meio rural do Nordeste.

A impressão instintiva de muitos habitantes das cidades é de que a

vida no campo é desprovida das tensões da sociedade urbana, sem poluição, marcada por condições de harmonia e tranquilidade.

Se bem que o quadro rural possa oferecer um ambiente para uma existência tranqüila, esta é uma impressão errônea da realidade vivida pelos habitantes da zona rural do Nordeste e de outras regiões do País. Para começar, é necessário atentar para o fato de que o padrão de vida de uma população contém tanto elementos de conforto material mínimo, como de respeito, dignidade e reconhecimento social. É certo, evidentemente, que não se pode esperar de uma sociedade rural subdesenvolvida relações humanas diferentes das normas tradicionais de conduta pessoal vigentes há séculos. Até mesmo a elite cultural citadina acolhe referido padrão de relacionamento como normal e aceitável. Entretanto, é necessário lembrar que este tratamento desigual é iníquo e inadmissível do ponto de vista da solidariedade humana e social.

A velha cultura deve modificar-se com o desenvolvimento econômico, pois as condições de vida, como já se disse, expressam-se por elementos materiais e sociais, os quais estão no Nordeste, especialmente na comunidade rural, reconhecidamente aquém das necessidades de uma vida plena e digna.

Estudos realizados pelo Banco do Nordeste e outras instituições, bem como depoimentos de renomados economistas e sociólogos poderiam ser citados aqui para evidenciar esse aspecto das condições de vida do meio rural das regiões mais pobres e do Nordeste, em particular.

Desde a época do início da revolução industrial, esta temática tem preocupado os críticos sociais e historiadores. Friedrich Engels não foi o único a contrapor, naquele tempo, as condições de pobreza reinantes nas cidades industriais àquelas idílicas e felizes das áreas rurais e dos tempos pré-industriais, conforme relata Werner Plum.¹⁷ Aos estudos de Engels, entretanto, publicados em 1848,¹⁸ o brilhante historiador Bruno Hildebrando fez uma severa crítica, na mesma época, demonstrando a péssima situação de vida dos habitantes do campo na Inglaterra e que ele não achava melhor do que as condições de vida dos trabalhadores da indústria. Como explicava Hildebrando na crítica arrasadora a Engels, no seu livro "Economia do Passado e do Presente", "os poucos ricos compravam os alimentos excedentes,

¹⁷ "Discussões sobre a pobreza das massas nos princípios da industrialização". Bonn, Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

¹⁸ "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra". Lisboa, Editorial Prusencia, 1975.

TABELA 3
NORDESTE E SUDESTE
Domicílios Particulares Permanentes Rurais, Segundo
suas Principais Características
1980

Principais Características	Nordeste		Sudeste	
	Números Absolutos	% em Relação ao Total (*)	Números Absolutos	% em Relação ao Total (*)
<u>Condição de Ocupação</u>	<u>3.614.808</u>	<u>100,0</u>	<u>1.961.348</u>	<u>100,0</u>
– Próprios	2.571.696	71,1	888.137	45,2
– Alugados	56.336	1,6	93.428	4,8
– Cedidos	916.398	25,3	945.329	48,2
– Outra Condição	70.378	2,0	34.454	1,8
<u>Abastecimento de Água</u>		<u>100,0</u>		<u>100,0</u>
– Rede Geral	93.460	2,6	85.274	4,4
– Poço ou nascente	1.271.849	35,2	1.603.849	81,7
– Outra forma de abastecimento	2.249.436	62,2	272.525	13,9
<u>Instalação Sanitária (Esgoamento)</u>		<u>100,0</u>		<u>100,0</u>
– Rede geral	12.589	0,4	42.627	2,2
– Fossa séptica	59.468	1,7	211.725	10,8
– Fossa rudimentar	421.701	11,7	772.926	39,4
– Outro	83.855	2,3	163.762	8,4
– Não tem	3.024.658	83,9	758.103	38,7
<u>Fogão</u>		<u>100,0</u>		<u>100,0</u>
– Gás de botijão	291.388	8,1	439.526	22,4
– Gás canalizado	—	—	—	—
– Lenha	2.696.379	74,5	1.501.345	76,5
– Carvão	591.192	16,4	—	—
– Outros combustíveis	1.046	0,03	7.106	0,4
– Nenhum	35.437	1,0	13.743	0,7
<u>Existência de:</u>		<u>100,0</u>		<u>100,0</u>
– Telefone	16.352	0,5	35.988	1,8
– Iluminação elétrica	299.172	8,3	752.314	38,4
– Rádio	2.140.363	59,2	1.525.440	77,8
– Geladeira	139.740	3,9	396.538	20,2
– Televisão	165.465	4,6	549.775	28,0
– Automóvel	103.164	2,9	317.510	16,2

Fonte: Tabulações avançadas do censo demográfico de 1980 – F.IBGE (Tabela 7.1).

Nota: (*) Considerado o item “Condição de ocupação”.

TABELA 4
Pessoas Ocupadas Segundo os Grupos de Salários
1973-1979
(Em Percentagem)
(A) – NORDESTE

Grupos de Salário Mínimo Mensal	1973		1979		% da Ati- Agrícola s/Total
	Atividade Agrícola	Ativ.Não- -agrícola	Atividade Agrícola	Ativ.Não- -agrícola	
Até 1/2	65,3	21,0	30,8	23,1	51,2
Mais de 1/2 a 1	31,1	36,0	40,9	25,6	55,6
Mais de 1 a 2	3,0	25,0	21,6	26,5	39,0
Mais de 2 a 5	0,5	12,2	5,7	17,4	20,5
Mais de 5	0,1	5,8	1,0	7,4	9,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	44,0
Sem declaração	0,0	0,0	0,4	0,1	76,3
S/rendimento	—	—	30,6*	4,1*	88,9
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	52,2

(B) – SUDESTE

Até 1/2	23,2	6,3	11,2	6,4	23,1
Mais de 1/2 a 1	53,6	21,7	33,8	13,6	29,9
Mais de 1 a 2	21,3	33,1	37,9	29,5	18,1
Mais de 2 a 5	1,6	28,2	11,4	32,2	5,8
Mais de 5	0,3	10,7	5,7	18,3	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	14,7
Sem declaração	0,1	0,2	0,3	0,2	27,6
S/rendimento	—	—	18,8*	1,5*	72,0
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	17,3

Fontes: PND — F.IBGE — 4^o Trimestre de 1973 e ano de 1979, no qual o levantamento de dados foi feito em novembro.

Nota: (*) Inclusive os empregados domésticos que receberam somente em benefícios.

enquanto a massa trabalhadora, que no campo dependia tão-só de uma quota da safra conseguida sobre um terreno cultivado para o dono da terra, morria de fome.”

Uma análise atual e aplicável ao Nordeste do Brasil, todavia, encontra-se na Carta Encíclica *Laborem Exercens*, de João Paulo II: “O trabalho dos campos reveste-se de não leves dificuldades, como sejam o esforço físico contínuo e por vezes extenuante, o pouco apreço em que é tido socialmente, a ponto de criar nos homens que se dedicam à agricultura a sensação de serem socialmente marginalizados e de incentivar no seu medo o fenômeno da fuga em massa do campo para as cidades e, infelizmente, para condições de vida ainda mais desumanizantes. A isto acresce-se a falta de formação profissional adequada, a falta de utensílios apropriados, um certo individualismo rastejante e, ainda, situações objetivamente injustas. Em certos países em vias de desenvolvimento, há milhões de homens que se vêem obrigados a cultivar as terras de outros e que são explorados pelos latifundiários, sem esperança de alguma vez poderem chegar à posse nem sequer de um pedaço mínimo de terra ‘como sua propriedade’. Não existem formas de proteção legal para a pessoa do trabalhador agrícola e para a sua família, no caso de velhice, de doença ou de falta de trabalho. Longas jornadas de duro trabalho físico são pagas miseramente. Terras cultiváveis são deixadas ao abandono pelos proprietários; títulos legais para a posse de um pequeno pedaço de terra, cultivado por conta própria de há anos, são preteridos ou ficam sem defesa diante da ‘fome da terra’ de indivíduos ou de grupos mais potentes.”

“Em muitas situações” — afirma ainda o Papa — “são necessárias mudanças radicais e urgentes, para restituir à agricultura — e aos homens dos campos — o seu justo valor como base de uma sã economia, no conjunto do desenvolvimento da comunidade social.”

AS FONTES DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A produção agrícola total do Nordeste evoluiu em média 3% ao ano, no período 1960-1979, contra 2,2% no Sudeste. Nos subperíodos 1960-65 e 1965-69, o ritmo de crescimento da produção das lavouras do Nordeste foi bem superior ao do Sudeste, enquanto, nesta última região, as taxas de crescimento têm ultrapassado de muito as registradas para o Nordeste em 1969-75 e 1975-79. Ocorreram percentagens decrescentes de produção no Nordeste, no período 1969-75, como consequência das crises pluviométricas sucessivas verificadas a partir de 1970 e, no Sudeste, a brusca quebra na produção de café determinou uma redução média anual de 3% na produção agrícola total do quinquênio 1965-69.

O que é característico na análise do comportamento comparativo das fontes de crescimento da produção agrícola dessas duas regiões é que, no Nordeste, prevaleceram, nas duas décadas referidas, um continuado aumento da proporção da terra cultivada por trabalhador — média de 2,8% ao ano de aumento — e o acréscimo de mão-de-obra absoluta dedicada às atividades de cultivo do solo. Enquanto isso, a produtividade da terra por hectare plantado decrescia continuamente, desafiando os esforços empreendidos na região para melhorar a tecnologia e os rendimentos físicos das lavouras. Não obstante os progressos alcançados com relação a algumas culturas isoladas, a conclusão geral sobre a eficiência no uso dos solos e das plantas no Nordeste, nos últimos 20 anos, é de que a fertilidade dos solos vem-se depauperando com o passar dos anos e as melhorias obtidas nas pesquisas agrônômicas, com relação a plantas mais produtivas, parecem não estar sendo significativamente utilizadas pelos agricultores da região.

Inversamente, acredita-se que tenham ocorrido no Sudeste, durante esse período, aumentos expressivos na produção por área, com praticamente a mesma proporção da área cultivada por trabalhador (0,8% de aumento médio anual entre 1960-79), associados a um decréscimo relativo na quantidade de mão-de-obra empregada nas lavouras. Em outras palavras, as fontes de crescimento da produção agrícola do Sudeste foram exatamente inversas às utilizadas pelo Nordeste. Em outra parte deste trabalho, esses aspectos serão examinados de modo mais completo, cabendo, por enquanto, apenas a identificação desses padrões gerais de crescimento, conforme indicados na tabela 7.

É interessante observar que, em média, são os Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Paraíba aqueles que mais repetidamente apresentam dados negativos de produtividade da terra nos vários subperíodos analisados (ver tabela 6). Por sua vez, os aumentos da área/homem foram mais significantes no Piauí, Ceará, Maranhão e Sergipe. A elevação da mão-de-obra, como fator de crescimento na produção agrícola, foi mais expressivo no Maranhão e Piauí — mais de 2% ao ano. Os Estados da Paraíba e Sergipe destacam-se pela redução na utilização da mão-de-obra agrícola.

Em ordem decrescente, os melhores desempenhos na produção agrícola de 1960-79 foram dos Estados de Alagoas, com extraordinária expansão da cana-de-açúcar, seguida da banana, feijão e fumo; Sergipe, com acréscimos notáveis em laranja, cana-de-açúcar, fumo e feijão; Bahia, com destaque para o cacau, feijão, fumo, tomate, mandioca, abacaxi e mamona como as culturas de maior expansão; Piauí, onde sobressaíram a mandioca, milho, feijão, arroz e laranja. Os mais baixos desempenhos de produção agrícola

TABELA 5
Decomposição da Taxa Anual de Crescimento da Produção
Agrícola e seus Componentes
1960-79

Períodos	Aumento da Produção por Área [$\Delta (P/A)/P/A$]		Aumento da Relação Área/Homem [$\Delta (A/N)/AN$]		Aumento da Mão-de- obra Rural ($\Delta N/N$)		Taxa de Aumento da Produção ($\Delta P/P$)	
	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste
1960 – 65	-0,9	1,2	5,4	3,0	0,6	-0,8	4,8	3,3
1965 – 69	0,6	-0,6	3,0	-2,0	0,6	-0,8	4,5	-3,3
1969 – 75	-1,3	2,5	0,4	0,6	0,7	-0,8	-0,3	2,3
1975 – 79	-0,3	4,8	1,3	1,4	0,8	-0,7	1,8	5,7
1960 – 79	-0,5	2,2	2,8	0,8	0,7	-0,7	3,0	2,2

Fonte dos dados originais: ETEA-MA (de 1960 a 1969) e F.IBGE (para 1975 e 1979).

Nota: Para os cálculos desta tabela foram consideradas todas as culturas para as quais existem registros estatísticos durante o período analisado.

nesse período foram registrados no Estado do Rio Grande do Norte, com produção decrescente, e nos Estados da Paraíba e Pernambuco, com modestos índices de evolução da produção das lavouras.

De acordo com metodologia utilizada por George F. Patrick¹⁹ e aplicada ao Nordeste pelo economista José Maria Eduardo Nobre,²⁰ do Banco do Nordeste do Brasil, para o período 1959/61 a 1971/73, comprova-se a conclusão de que o processo extensivo tem sido o principal responsável pelo crescimento da produção agrícola do Nordeste. Segundo os estudos do professor Nobre, tem ocorrido também nessa região um “efeito composição” negativo, ou seja, as mudanças na estrutura dos cultivos têm afetado negativamente o desempenho do setor, expresso em termos monetários reais. Especificamente, foram prejudicados, neste particular, os Estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Piauí; o Ceará praticamente não sofreu alteração, enquanto registraram ganhos Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão.

Os dados sobre a região Sudeste, no que tange à decomposição da taxa anual de crescimento da produção agrícola, encontram-se na tabela 7. É notável a diferença do modelo de crescimento agrícola do Sudeste em relação ao Nordeste. No Sudeste, o fator principal do aumento da produção agrícola tem sido o aumento da produtividade da terra, que explica quase 100% a taxa de crescimento do setor. De fato, os aumentos da proporção da área cultivada por trabalhador têm sido compensados pela redução da mão-de-obra aplicada às lides agrícolas. De 1960 a 1979, por exemplo, a taxa de crescimento da relação área/homem atingiu 0,8, enquanto o decréscimo da mão-de-obra rural e economicamente ativa foi, no mesmo período, 0,7.²¹ Por outro lado, a taxa de incremento da produtividade alcançou 2,2% ao ano e o crescimento médio da produção deu-se em proporção idêntica, isto é, 2,2%. Por Estado, São Paulo e Rio de Janeiro foram os que apresentaram melhores desempenhos de ganhos de produtividade em todo o período analisado. Aspecto a destacar na agricultura do Sudeste é o decréscimo, em todos os Estados que formam esta região, da mão-de-obra dedicada às atividades agrícolas, tanto na média 1960-1979 como nos vários subperíodos.

¹⁹ “Desenvolvimento agrícola do Nordeste”. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.

²⁰ *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, abr./jun. 1978, v.9, nº 2, p. 195.

²¹ A área média/homem ocupada foi, em 1980, de 2,4ha no Nordeste, 3,1ha no Sudeste e 5,0ha em São Paulo. Na América Latina, apenas a Argentina, Venezuela e Uruguai contavam com uma relação terra/homem superior à do Nordeste. Na Europa Ocidental somente a Rússia, e na África, a África do Sul. Em contrapartida, tal relação é superior a 30ha na Austrália, Canadá e Estados Unidos.

TABELA 6
NORDESTE
Decomposição da Taxa Anual de Crescimento da Produção Agrícola em Seus Componentes
1960-79

Especificação	Aumento da Produção por Área [$\Delta (P/A)/P/A$]					Aumento da Relação Área/Homem [$\Delta (A/N)/AN$]					Aumento da Mão-de-obra Rural ($\Delta N/N$)					Taxa de Aumento da Produção ($\Delta P/P$)				
	1960	1965	1969	1975	1960	1960	1965	1969	1975	1960	1960	1965	1969	1975	1960	1960	1965	1969	1975	1960
	65	69	75	79	79	65	69	75	79	79	65	69	75	79	79	65	69	75	79	79
MARANHÃO	3,4	-1,3	0,4	-1,8	0,2	9,0	2,1	1,3	6,8	4,4	1,7	1,7	2,1	2,1	2,1	13,3	3,0	0,8	6,9	3,6
PIAUÍ	1,0	-3,7	-1,2	-6,0	-2,1	16,9	-2,1	2,5	3,8	6,6	2,1	2,1	1,7	1,6	2,1	16,9	-3,4	4,4	-1,6	4,6
CEARÁ	0,7	0,5	-5,1	-3,1	-1,8	10,1	6,9	1,4	-1,5	5,0	0,9	0,9	0,1	-0,1	0,4	10,5	8,1	-3,9	-4,5	2,0
R. G. DO NORTE	-3,5	1,3	-2,1	-5,1	-2,0	5,7	1,0	1,5	-6,0	0,5	0,7	0,7	-0,4	-0,6	0,1	1,9	4,3	-3,5	-10,3	-1,6
PARAÍBA	0,4	-3,7	-4,2	-6,2	-1,5	2,5	2,8	-2,8	14,1	3,4	0,04	0,03	-0,3	-0,4	-0,2	2,7	-0,8	-1,7	3,8	0,8
PERNAMBUCO	0,4	1,2	-1,4	3,6	0,5	2,6	2,5	-0,2	-1,6	0,8	-0,5	-0,5	0,8	1,0	0,2	2,6	3,3	-0,4	2,9	1,6
ALAGOAS	-1,1	2,4	0,0	8,8	1,3	3,4	-0,2	4,4	4,3	3,8	0,3	0,3	0,4	0,5	0,4	2,4	2,4	4,8	15,2	6,9
SERGIPE	3,7	-2,5	-2,7	7,2	1,0	3,3	11,9	-1,0	4,0	4,6	-0,9	-0,9	-0,7	-0,6	-0,7	6,2	2,1	-2,7	11,3	4,9
BAHIA	-1,1	3,7	-0,1	0,05	0,8	2,9	2,2	1,5	0,5	2,0	0,7	0,7	0,9	0,9	0,8	2,7	7,5	2,6	1,3	4,4
NORDESTE	-0,9	0,6	-1,3	-0,3	-0,5	5,4	3,0	0,4	1,3	2,8	0,6	0,6	0,7	0,8	0,7	4,8	4,5	-0,3	1,8	3,0

Fonte dos Dados Originais: ETEA-MA (de 1960 a 1969) e F.IBGE (para 1975 e 1979).

Convém assinalar, por fim, que a agricultura do Sudeste, especialmente nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, foi maracda, no período de 1960-1965, por uma substancial redução na produção do café, um dos principais produtos agrícolas dessa região. Estima-se que a quebra média da produção entre os anos extremos do citado quinquênio foi de 40%, repercutindo no desempenho geral do setor.

Estudos realizados com semelhante metodologia por Pastore, Alves & Rizzieri²² indicam que a produção agrícola no Nordeste entre 1950-60 foi bem próxima das verificadas no Brasil, São Paulo e Centro-Sul (exceto São Paulo). No entanto, a explicação das fontes de crescimento são de que a causa principal no Nordeste foi o aumento da mão-de-obra, com insignificante ampliação de área por trabalhador e da produtividade de terra. São Paulo destacou-se pela elevação da produtividade, manutenção das disponibilidades de área/homem e crescente da mão-de-obra. O Centro-Sul, excetuando-se São Paulo, sobressaiu também pelo acréscimo da mão-de-obra como fator de crescimento agrícola, seguido de peso igual para o acréscimo da área cultivada por pessoa e produtividade, na mencionada década.

Em resumo, como conclui o professor Eliseu Andrade Alves:²³ “A produtividade por área cresceu em São Paulo e no Centro-Sul, onde os investimentos em tecnologia químico-biológica foram mais elevados (especialmente em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais). “Em contrapartida”, afirma Dr. Eliseu, “a produtividade da terra não cresceu no Nordeste, onde muito poucos investimentos foram feitos com esta finalidade, e as condições naturais são mais adversas do que as das regiões do Centro-Sul”.

Toda a análise aqui feita sobre as causas do crescimento da produção agrícola deve ser avaliada, levando em conta que este item representa cerca de 70% na formação do produto bruto da agricultura do Nordeste, contra apenas 57% do Sudeste. Sendo o setor de produção animal e derivados muito mais capitalizado e produtivo, pode-se verificar que, também, neste particular, o Nordeste conta com desvantagem. No Sudeste, 40% de seu produto agrícola origina-se do setor pecuário, enquanto no Nordeste esta relação é de apenas 23%. As atividades extrativas, que são as de menor valor específico, contribuem no Nordeste com 7% e no Sudeste com 3%.

²² Afonso Celso Pastore et alii. “A inovação induzida e os limites à modernização na agricultura brasileira”. *Revista Brasileira de Economia*, nº 30, 1976.

²³ “A Produtividade da agricultura”. Brasília, EMBRAPA, 1979.

TABELA 7
SUDESTE
Decomposição da Taxa Anual de Crescimento da Produção Agrícola em seus Componentes
1960 – 79

Especificação	Aumento da Produção por Área [$\Delta (P/A)/P/A$]					Aumento da Relação Área/Homem [$\Delta (A/N)/AN$]					Aumento da Mão-de-obra Rural ($\Delta N/N$)					Taxa de Aumento da Produção ($\Delta P/P$)				
	1960	1965	1969	1975	1960	1960	1965	1969	1975	1960	1960	1965	1969	1975	1960	1960	1965	1969	1975	1960
	65	69	75	79	79	65	69	75	79	79	65	69	75	79	79	65	69	75	79	79
MINAS GERAIS	0,6	-1,4	0,7	0,3	0,1	3,3	-2,3	2,0	-1,0	0,7	-0,4	-0,5	-1,0	-1,1	-0,7	3,3	-3,8	1,6	-1,7	0,1
ESPÍRITO SANTO	-2,0	-2,9	6,5	0,5	0,7	2,7	-0,9	-2,2	3,8	0,5	0	0	-0,1	-0,2	-0,1	0,4	-3,7	3,2	4,3	1,1
RIO DE JANEIRO	2,7	3,4	1,4	4,6	3,5	3,0	-2,4	0,8	2,1	1,0	-2,1	-2,1	-2,8	-3,1	-2,1	3,4	-1,4	-0,9	3,1	0,9
SÃO PAULO	1,8	-0,3	3,7	5,9	3,3	3,0	-1,8	-0,5	2,8	0,8	-1,2	-1,2	-0,1	0,1	-0,6	3,5	-3,2	3,0	9,4	3,5
SUDESTE	1,2	-0,6	2,5	4,8	2,2	3,0	-2,0	0,6	1,4	0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7	-0,7	3,3	-3,3	2,3	5,7	2,2

Fonte dos Dados Originais: ETEA-MA (de 1960 a 1969) e F.IBGE (para 1975 e 1979).

O ATRASO TECNOLÓGICO DA AGRICULTURA DO NORDESTE

O problema da modernização da agricultura do Nordeste impõe-se como uma das questões de fundamental importância para o desenvolvimento da região. Diante da relativa lentidão com que têm sido obtidos resultados nesse campo, no Nordeste, emergem como de sumo interesse as experiências e os resultados que estão sendo conseguidos em regiões de características similares na Índia, Filipinas, México, Israel e outros países.

O desenvolvimento tecnológico da agricultura está hoje em dia estreitamente vinculado à idéia da “revolução verde”, expressão que sintetiza o grande êxito alcançado, em alguns países, mediante a aplicação da ciência agromônica, na solução do problema do aumento da produtividade e da produção dos cereais básicos consumidos por vastas populações do globo – trigo, milho e arroz.²⁴

A introdução de novas sementes está sendo feita diferentemente do que aconteceu em muitos países hoje desenvolvidos agricolamente. Na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão a modernização da agricultura realizou-se paulatinamente. As novas sementes estão sendo introduzidas de modo abrupto em sociedades caracterizadas por agricultura tradicional e secularmente atrasadas. Décadas de progresso tecnológico, por fim, estão sendo aplicadas em curto prazo com resultados verdadeiramente empolgantes.

É perfeitamente viável o aumento espetacular da produção dessas e de outras culturas, desde que se utilizem, de forma precisa, os métodos modernos, sobretudo sementes selecionadas, fertilizantes e defensivos.²⁵

Tal êxito, entretanto, não significa a solução de todos os problemas do setor agrícola, em termos econômicos e sociais. É possível solucionar o problema dos consumidores de alimentos e os problemas de uma faixa de produtores, cuja renda pode ser de certo modo grandemente aumentada, desde que se possam engajar nesse processo de alteração profunda dos métodos tradicionais de produção.

Efetivamente, só uma parcela reduzida do conjunto inumerável de produtores agrícolas do Nordeste teria condições de participar da “revolução

²⁴ M.S. Randhava. “Green revolution”. Delhi, Vikas Publishing House, 1974.

²⁵ Lister R. Brown. “Seeds of change”. London, Praeger, 1970.

verde”, dadas as limitações impostas por fatores culturais, de regime de posse da terra, de facilidades de comercialização, de disponibilidade de assistência técnica e, sobretudo, pelas limitações dos recursos naturais apropriados.

Por outro lado, a experiência dos países que adotaram a “revolução verde” demonstra que somente os agricultores com maior parcela de terra e recursos financeiros conseguiram reunir as facilidades para aplicar a nova tecnologia, a não ser que se façam arranjos especiais, a exemplo do México, a fim de compatibilizar a pequena propriedade com a nova tecnologia. Isto significa, portanto, o emprego de medidas de reforma agrária ou reorganização fundiária, da adoção mais efetiva da irrigação e de práticas agrícolas mais apropriadas às zonas semi-áridas do Nordeste, no tocante às plantas e aos animais.

Na ausência de providências dessa ordem, os efeitos econômicos e sociais de caráter negativo causados pela “revolução verde” já se fizeram sentir na Índia e no Paquistão, onde houve, em determinadas áreas, crises de desemprego rural, em que produtores ficaram marginalizados de um momento para outro. Em virtude das imperfeições do sistema de comercialização, configuraram-se casos de superproduções localizadas, ao tempo em que havia escassez aguda noutras regiões de um mesmo país. A produção abundante, não conseguida antes, não pôde ser devidamente armazenada por falta de instalações adequadas. Os preços, por sua vez, tiveram de baixar, acarretando um desestímulo comprometedor do êxito inicial, sobretudo se se leva em conta que os novos métodos exigem maiores dispêndios com os novos insumos.²⁶

O espetacular êxito tecnológico pode, portanto, provocar sérios desajustes, e sua adoção exige uma reorganização prévia do setor em profundidade tal que possa garantir a sua viabilidade prática, sem o que os objetivos dessas transformações ficam seriamente comprometidos.

Há de se admitir também, como uma contingência inarredável, o fato de que somente uma minoria de produtores agrícolas poderá efetivamente participar desse processo de inovação tecnológica. Haverá sempre um conjunto maior dos que fatalmente permanecerão adotando os métodos tradicionais ou inovando muito lentamente, constituindo-se bolsões com menor participação na economia de mercado, produzindo mais para a sua própria subsistência e exigindo, para a melhoria de seus padrões de vida, atenções es-

²⁶ Pedro Sisnando Leite et alii. “A agricultura no Nordeste”. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil. 1971.

peciais do poder público, sob a forma de programas assistenciais de natureza apropriada a essa condição.

Tais programas não deveriam ser unicamente de aumento da produção, e, sim, o alevantamento das condições de vida das famílias desses produtores. Terão de contemplar o problema da expansão populacional, procurando propiciar a educação necessária a que, no futuro, os descendentes possam encontrar oportunidades de emprego noutros setores da economia, preferencialmente no próprio quadro rural.

Deve-se ter em mente também que o uso de variedades altamente produtivas exige o emprego adequado de fertilizantes, corretivos, difusão de técnicas agrícolas racionais, conservação do solo e uso adequado da água, rotação de culturas, emprego de maquinaria e implementos agrícolas, mobilização dos agricultores e articulação das instituições de fomento, extensão e comercialização. Enfim, a revolução tecnológica expressa uma modalidade de organização da agricultura que exige recursos, inteligência e cooperação.

Estará o Nordeste em condições de engajar-se neste movimento modernizador da agricultura? Nos próximos anos, a região terá de responder a esta e a outras questões, consequência da necessidade do desenvolvimento rural como parte da estratégia de redução das desigualdades e do progresso social da região.

As pesquisas efetuadas no Nordeste com o apoio do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), do Banco do Nordeste do Brasil, na busca de novas opções de culturas, animais e manejos adaptados às condições de semi-aridez da região, são um exemplo do que é possível realizar neste tocante. Com a participação da EMBRAPA, Universidades, Centros de Pesquisas Estaduais, EMATER e a assistência técnica do próprio Banco do Nordeste, estão sendo descobertas novas oportunidades para o meio rural, que poderão ajudar fundamentalmente a modernização agrícola e as condições de vida do meio rural nordestino.

Conforme explica o Dr. José Nicácio de Oliveira, Chefe do Escritório de Estudos Econômicos do Nordeste, "graças aos resultados dessas pesquisas patrocinadas pelo BNB e de outras realizadas pelo sistema EMBRAPA, verifica-se que há hoje, no Nordeste, um elenco de possibilidades de inovações tecnológicas nunca registrado em outro período da história da agricultura regional, abrangendo plantas e animais resistentes, equipamentos agrícolas e sistemas de pequena irrigação. Começam a surgir, desse modo, reais possibi-

TABELA 8
Produtividade das Principais Lavouras
Nordeste/Sudeste
(kg/ha)

Culturas	1960		A/B (%)	1969		C/D (%)	1979		E/F (%)
	Números Absolutos			Números Absolutos			Números Absolutos		
	Nordeste (A)	Sudeste (B)		Nordeste (C)	Sudeste (D)		Nordeste (E)	Sudeste (F)	
Algodão em caroço	365	904	40	282	1.027	27	157	1.503	10
Arroz em casca	1.154	1.557	74	1.345	1.167	115	1.190	1.254	95
Banana	37.132	23.994	155	39.455	28.267	140	27.492	17.542	157
Cacau	348	342	102	500	250	200	765	564	136
Cana-de-açúcar	41.265	45.240	91	44.909	46.529	97	48.403	60.353	80
Feijão	550	653	84	543	560	97	380	546	70
Laranja	14.965	14.291	105	17.054	15.347	111	16.739	18.029	93
Mamona	863	899	96	948	986	96	721	1.070	67
Mandioca	11.617	16.144	72	12.954	16.619	78	10.555	15.522	68
Milho	792	1.354	58	774	1.360	57	514	1.799	29

Fonte dos dados originais: ETEA-MA até 1972; F.IBGE, a partir de 1973.

lidades de implementação de um ciclo de realizações concretas, com vistas à modificação das precárias condições da agricultura nordestina, elevando-lhe a produtividade e estabilidade, com um sentido conservacionista, assegurando um novo alento ao esforço de desenvolvimento regional".²⁷

O CONFRONTO REGIONAL DO SETOR AGRÍCOLA

Tendências Demográficas

A população rural do Brasil alcançou 38,6 milhões de habitantes, em 1980, representando 32% da população total.

Em relação à situação de domicílio, o Nordeste era, nessa época, tanto em termos absolutos (17,3 milhões), como percentualmente (50%), a região mais agrícola do País. O Sudeste, com 8,9 milhões de pessoas no quadro rural, posicionava-se em segundo lugar, embora proporcionalmente fosse o menos agrícola, pois contava com apenas 17% de residentes no campo. Seguem-se, em ordem de importância decrescente, as regiões Sul (7,1 milhões), Norte (2,8 milhões) e o Centro-Oeste (2,4 milhões). Quanto à participação relativa da população rural no total dos habitantes, a região Norte desponta logo depois do Nordeste com 48%, o Sul com 38% e, finalmente, o Centro-Oeste com relação idêntica à do Brasil, ou seja, 32%. A taxa de crescimento da população total do Brasil, que vinha paulatinamente evoluindo de 1920 a 1960, passou a decrescer desde então. Entre 1950-60, por exemplo, o incremento geométrico dessa população foi de 3%, caindo nas duas décadas seguintes para 2,9% (1960/70) e 2,5% (1970/80).

Fenômeno marcante, quanto às tendências demográficas brasileiras, foi a abrupta queda nas taxas de crescimento da população rural que, de 1,6% entre 1940/60, baixou para 0,6% na década de 1960/70 e tornou-se negativa desde então, isto é, -0,6 entre 1970/80.

Historicamente, os países hoje desenvolvidos passaram na sua transição demográfica, por: a) um estágio de decréscimo relativo da população rural, enquanto ocorria crescimento em termos absolutos; b) um nível máximo de população rural paralelamente a uma redução da percentagem deste setor sobre o total; e, finalmente, c) uma continuidade da diminuição relativa da população rural e também, decurso do número absoluto desta parcela da população que mora no campo.

²⁷ Programas de crédito para inovação tecnológica na agricultura do Nordeste". Fortaleza, BNB, 1982.

A população rural máxima registrada no Brasil ocorreu por volta de 1970, quando atingiu 41,1 milhões de pessoas, declinando então para 38,6 milhões no último recenseamento de 1980. Em outras palavras, o ciclo demográfico neste País já alcançou o último estágio das mudanças convencionais do crescimento populacional, com redução absoluta e relativa da população rural.

Do ponto de vista das regiões, verifica-se que as tendências do crescimento populacional seguem estruturalmente a rota do Brasil. O Sudeste, que chegou a exibir uma taxa de crescimento da população rural de 1,1%, entre 1950/60, e uma população máxima neste setor, em 1960, passou desde então a apresentar taxas negativas para seu contingente rural, ou seja, aproximadamente - 2% ao ano, entre 1960/80. A região Sul e Centro-Oeste também acusaram percentagens negativas entre 1970/80, com nível absoluto mais elevado em 1970.

O incremento absoluto da população rural somente se mantém até o presente no Nordeste, com 0,6% ao ano na última década, e no Norte, com a elevada taxa de 3,7%. Este último é obtido através do incremento vegetativo e pelas correntes imigratórias.

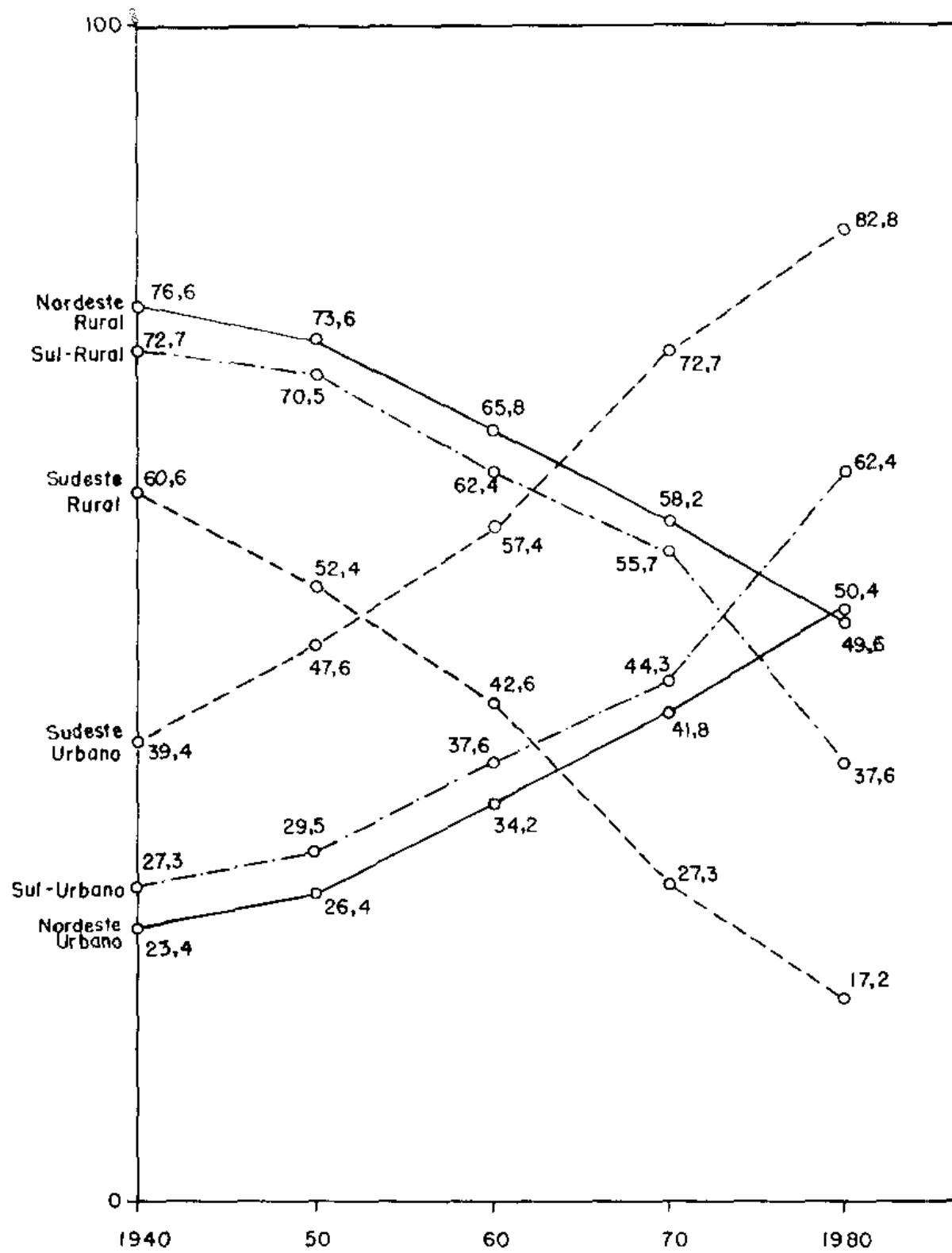
É impressionante o contraste entre o esvaziamento das zonas rurais e o acentuado crescimento urbano de quase todas as regiões brasileiras. Nas concentrações urbanas mais importantes de todo o País, a taxa média anual de crescimento tem atingido, nos últimos anos, 4,0% aproximadamente. No caso específico do Nordeste, a falta de oportunidades de trabalho e condições econômicas das pessoas que saem do campo para as cidades da própria região tem determinado os conhecidos movimentos emigratórios de nordestinos com destino ao Sudeste, Norte e outros pontos do País. O censo de 1980 encontrou um saldo negativo de 5,5 milhões de migrantes residentes em outras regiões, oriundos do Nordeste. Esta cifra correspondia, no último censo, a 16% da população desta região.

A figura nº 3 oferece uma idéia das transformações estruturais da população urbana e rural das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, entre 1940/80. Observa-se, por exemplo, que o Sudeste já atingiu uma proporção de mais de 80% de população urbana, em 1980, e o Sul, 62%. Como é fácil deduzir das informações da citada figura, o Nordeste, com metade da população nas zonas urbanas, nesse ano, encontra-se seguindo, rigorosamente, a mesma tendência urbanizadora das demais regiões brasileiras.

A urbanização é, sem dúvida, um fato inevitável, como diz L. J. Le-

FIGURA 3

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA
NO NORDESTE - SUDESTE - SUL



FONTE: Censo Demográfico - F.I.B.G.E.

TABELA 9
População do Nordeste e Sudeste do Brasil
1950-1960-1970-1980
(A) – NORDESTE

Anos	Rural		Urbana		Total	
	Números Absolutos (1.000 hab.)	% do Total	Números Absolutos (1.000 hab.)	% do Total	Números Absolutos (1.000 hab.)	%
1940	11.053	76,6	3.381	23,4	14.434	100,0
1950	13.229	73,6	4.744	26,4	17.973	100,0
1960	14.665	66,1	7.517	33,9	22.182	100,0
1970	16.359	58,2	11.753	41,8	28.112	100,0
1980	17.275	49,6	17.587	50,4	34.862	100,0

(B) – SUDESTE

1940	11.114	60,6	7.232	39,4	18.346	100,0
1950	11.675	52,1	10.713	47,9	22.388	100,0
1960	12.821	41,9	17.810	58,1	30.631	100,0
1970	10.889	27,3	28.964	72,7	39.853	100,0
1980	8.904	17,2	42.849	82,8	51.753	100,0

Fonte: Censos demográficos de 1950, 1960 e 1970 (F.IBGE).

Sinopse preliminar do censo demográfico de 1980 (F.IBGE).

Anuário estatístico do Brasil – 1981 (F.IBGE).

bret,²⁸ mas é importante não esquecer que este problema consiste em grave situação social no caso do Nordeste. É preciso notar, ademais, que a produtividade agrícola não tem, no Nordeste, aumentado para compensar as perdas da força de trabalho do setor rural, com reflexos na produção agrícola total.

Por outro lado, importa realçar que, mesmo assim, a população economicamente ativa da agricultura do Nordeste tem aumentado em relação a idêntico contingente do Brasil, passando de 40% em 1970 para 43% em 1980. Contrariamente verificou-se com relação ao Sudeste, cuja participação vem declinando de 36% em 1950 para 25% em 1980, na PEA do Brasil.

Ao que tudo indica, o Nordeste não tem conseguido aumentar a proporção de pessoas ocupadas sobre a população total residente no quadro rural. Desde 1950, esta relação é praticamente a mesma (32%). Nestas relações, o Sudeste melhorou sua posição de 30% em 1960 para 37% em 1980. Assim, o Nordeste tem uma população mais dependente do quadro rural do que o Sudeste. Segundo o censo agropecuário, também a proporção de jovens entre 10 e 14 anos é maior na população ocupada na agricultura do Nordeste, o que corresponde a uma força de trabalho comparativamente menor em relação ao Sudeste.

O Comportamento do Emprego

A população economicamente ativa (PEA) ou força de trabalho total do Nordeste evoluiu, no período de 1950/70, a ritmo inferior em 0,4% ao crescimento demográfico total.

No período de 1970/80 esta relação aparentemente melhorou, pois o crescimento da PEA²⁹ foi de 2,9%, enquanto o crescimento da população alcançou 2,2%. Tudo indica, porém, que isto decorreu da mudança de critério nos levantamentos da PEA a partir de 1970, quando computaram neste grupo as pessoas desempregadas que estiveram à procura de trabalho. De qualquer forma, merece registro o significativo aumento do emprego industrial de 6,7%, entre 1970/80, que pode ter influenciado o comportamento do emprego total nessa década.

No Sudeste, contudo, a PEA cresceu a uma percentagem de 3,6% en-

²⁸ "O drama do século XX". São Paulo, Duas Cidades, 1960.

²⁹ PEA corresponde às pessoas de 10 anos e mais que se encontram trabalhando (ocupadas) e, a partir de 1970, mais aquelas que estavam procurando emprego (desocupadas).

tre 1950/80, bem superior ao aumento da população total, evidenciando uma redução do desemprego ou uma pressão sobre o mercado de trabalho, que pode ter elevado o nível médio de salários nesta região.

Quanto ao setor primário, em particular, o Sudeste vem apresentando taxas negativas de emprego, com uma média de $-0,38$ em 1950/80. Como o decrescimento da população rural foi em média de mais ou menos $-1,51$, vê-se que tem ocorrido uma melhoria relativa de $1,2\%$ na taxa de ocupação dos habitantes do quadro rural. Já no Nordeste, apesar de um crescimento percentual positivo de 1% ao ano da PEA rural no período 1950/80, tem paralelamente aumentado também a população residente, de modo que não há evidências nítidas de uma melhor e maior utilização da força de trabalho desta zona.

Pode-se corroborar esta suposição através dos dados calculados pelo ETENE/BNB, com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, para o 4º trimestre de 1972. Segundo estes levantamentos, estima-se que 50% da força de trabalho rural do Nordeste era constituída de pessoas inadequadamente empregadas nas atividades agrícolas. Destas, $7,2\%$ eram de subemprego visível³⁰ e $42,6\%$ de desemprego disfarçado.³¹ Segundo os mesmos critérios, a situação da zona urbana se afigura melhor. Mesmo assim, ainda contava com 29% de sua força de trabalho urbana sem utilização plena.

Em suma por mais distorcidas que se apresentem estas estatísticas, não se pode obscurecer que no Nordeste há uma significativa subutilização da mão-de-obra, especialmente no quadro rural. Talvez seja este problema o mais sério e complexo dilema do subdesenvolvimento regional, isto é, a utilização deficiente do homem como agente da produção, especialmente em face da pobreza relativa de recursos naturais e limitada disponibilidade de capital. Na verdade, o desenvolvimento rural do Nordeste terá de basear-se neste material humano, sob pena de desperdiçar-se o que há de mais valioso na região. Pode-se dizer, além disso, que a prioridade para a utilização do capital humano no Nordeste é uma condição imperativa para o alcance das conquistas sociais pretendidas nos programas de desenvolvimento econômico regional.

³⁰ Pessoas em tempo parcial, mas que preferem tempo integral; pessoas em tempo integral, mas que, por motivos vários, estão trabalhando no tempo parcial.

³¹ Empregados que trabalham em tempo integral, ganhando somente em dinheiro ou em dinheiro e parte em bens e recebem $1/2$ salário mínimo; membros da família sem remuneração trabalhadores por conta própria que trabalham tempo integral e gostariam de ganhar salário mínimo.

TABELA 10
População Economicamente Ativa⁽¹⁾ do Nordeste e Sudeste
1950 – 1980

Especificação	Setor Primário (A)		Setor Secundário (B)		Setor Terciário (C)		Total	
	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste
População Economicamente Ativa (1.000)								
1950	4.164	3.697	461	1.197	1.066	2.014	5.691	6.908
1960	4.919	3.861	550	1.803	1.607	4.354	7.076	10.018
1970	5.225	3.516	888	3.327	2.241	6.365	8.354	13.208
1980	5.629	3.298	1.712	6.422	3.824	10.191	11.165	19.911
Estrutura Percentual								
1950	73,2	53,5	8,1	17,3	18,7	29,2	100,0	100,0
1960	69,5	58,5	7,8	18,0	22,7	43,5	100,0	100,0
1970	62,6	26,6	10,6	25,2	26,8	48,2	100,0	100,0
1980	50,4	16,6	15,3	32,3	34,3	51,1	100,0	100,0
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)								
1950/60	1,68	0,43	1,78	4,18	4,19	8,01	2,20	3,79
1960/70	0,61	-0,93	4,91	6,32	3,38	3,87	1,67	2,80
1970/80	0,75	-0,64	6,78	6,80	5,49	4,82	2,94	4,19
1950/80	1,01	-0,38	4,47	5,76	4,35	5,55	2,27	3,59

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico dos Estados – 1950-1960-1970. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico – Resultados preliminares – 1980.

Notas: (1) A população economicamente ativa leva em conta as pessoas de 10 anos e mais. (a) Inclui lavoura, pecuária, silvicultura e extrativa vegetal. (b) Inclui indústria extrativa mineral, indústria de transformação e indústria de construção civil. (c) Inclui comércio de mercadorias, prestação de serviços, transporte, comunicações, armazenagem, atividades sociais, administração pública e outras atividades.

Não há dúvida de que no Sudeste também existem problemas de desperdício da força de trabalho, pela estacionalidade das culturas e outras distorções, advindas da própria formação da mão-de-obra agrícola, originária das regiões atrasadas, inclusive do próprio Nordeste. O importante a destacar nesta análise comparativa da situação e tendências da agricultura regional, é que o setor agrícola pouco representa em termos de emprego para a economia do Sudeste, enquanto no Nordeste ela ainda é a base e o sustentáculo de grande contingente de sua população. De fato, em 1980, apenas 16% do emprego total do Sudeste estava na agricultura, com tendências seguidamente decrescentes e rapidamente crescentes na indústria, que já ocupava 32% da população economicamente ativa da região, ou seja, quase 20 milhões de pessoas. Todo o setor industrial do Nordeste ocupava pouco mais de 1,7 milhão de trabalhadores, o que correspondia a tão-somente 15% do emprego total. Por força dessa concentração rural das ocupações, estavam nas atividades de serviços do Nordeste apenas 34% dos que trabalhavam, contra 51% no Sudeste.

Estruturalmente, portanto, o Nordeste ainda é predominantemente rural, do ponto de vista do emprego e da população. O Sudeste já é uma economia urbana, com 83% de suas oportunidades de trabalho nas cidades, em serviços ou no setor industrial.

Com propósito especulativo, foram realizados os cálculos constantes da tabela 11, onde se procura avaliar a magnitude e as possibilidades futuras de crescimento da PEA e sua transformação estrutural, admitindo a hipótese de que o Nordeste, no ano 2.000, alcançará idêntico padrão estrutural de emprego do Sudeste em 1980.

A população total do Nordeste, segundo projeções do autor, alcançará 52 milhões de habitantes no ano 2.000. Pressupondo-se que a PEA corresponderia a 38,5% da população total no final do século (percentagem alcançada no Sudeste em 1980), chegou-se ao montante de 20 milhões de pessoas ocupadas nos três setores da economia. Trata-se de estimativa plenamente viável, pois significa praticamente a manutenção das taxas de crescimento do passado recente, ou seja, cerca de 3% ao ano. A ser válida esta hipótese, resta o grande desafio de criar nas duas décadas, entre 1980/2000, a significativa cifra de 8,7 milhões de novos empregos. Ademais, pela suposição adotada, ocorreria uma redução da participação do emprego agrícola de 50% do total observado em 1980, no Nordeste, para 16% no ano 2.000. Haveria, conseqüentemente, necessidade de uma redução das ocupações deste setor dos 5,7 milhões em 1980 para apenas 3,3 milhões em 2.000, resultante de uma taxa de -2,7% ao ano entre os dois períodos.

Assim, pode-se deduzir, facilmente, que serão os setores não-agrícolas os responsáveis pela criação de empregos futuros no Nordeste. Para sair do atraso em que se encontra, carece dessas transformações estruturais indispensáveis à concretização do desenvolvimento obtido no Sudeste de hoje. E para que o padrão de emprego do Nordeste se equipare ao Sudeste, haverá necessidade da criação de 4,7 milhões de novos empregos diretos na indústria, ou seja, quase 2 1/2 vezes o montante de 1980. Corresponde isto a uma taxa de 7% ao ano, superior ao realizado entre 1970/80, que já foi excepcional. Ao setor terciário, constituído de comércio, transporte, intermediários financeiros, serviços pessoais, etc., caberia a responsabilidade de ocupar, adicionalmente, 6,4 milhões de pessoas nos próximos 20 anos.

Segundo esta análise e os imperativos do desenvolvimento econômico, a transição de um Nordeste agrícola para uma economia urbana necessitará ocorrer impreterivelmente até o final deste século, caso não se deseje perpetuar os desequilíbrios regionais e as disparidades do meio rural, atualmente existentes.

A idéia de reter população nas atividades agrícolas, como forma de atenuar as pressões do subemprego e desemprego, não pode ser considerada mais do que esperanças românticas. A agricultura deverá ter uma população trabalhadora proporcionalmente diminuta e os demais setores terão de contribuir para estas transformações.

Ainda é tempo, todavia, de se delinearem para o Nordeste esquemas e estratégias que viabilizem essa transição econômica sem os desajustamentos que marcam o atual modelo de desenvolvimento brasileiro. É necessário que o novo desenvolvimento se realize mais desconcentradamente, geográfica e socialmente. A interiorização da indústria e a criação de centros urbanos mais descentralizados poderão ajudar a criar este novo estilo de desenvolvimento, desde que, naturalmente, se adotem a ideologia e a determinação de obter um desenvolvimento mais equitativo e para todos.

Na verdade, hoje isto já é imperativo e, em futuro próximo, será a única saída, caso se pretenda manter o sistema econômico ocidental. Ou, como afirma uma estudante do curso de economia da Universidade Federal do Ceará: "A situação nos países em desenvolvimento permanece insustentável, piorando a cada dia que passa. Urgem mudanças rápidas e efetivas. O método de desenvolvimento rural integrado pode proporcionar essas mudanças na estrutura dos países subdesenvolvidos".³²

³² Rosângela Veras Costa. Desenvolvimento rural integrado. Fortaleza, UFC, 1982 (inédito).

TABELA 11
Projeção dos Dados da População e PEA para o Nordeste
Até o Ano 2.000

Especificações	Total da População em 10 ⁶	PEA Total		PEA Agricultura		PEA Indústria		PEA Serviços	
		% da População	Total em 10 ⁶	% da PEA Total	Total em 10 ⁶	% da PEA Total	Total em 10 ⁶	% da PEA Total	Total em 10 ⁶
Dados observados – 1970	28,1	29,5	8,3	62,7	5,2	10,8	0,9	26,5	2,2
Taxa de crescimento anual em (%) 1970/80	2,2%	3,0%		0,9%		6,6%		5,6%	
Dados observados – 1980	34,9	32,1	11,2	50,9	5,7	15,2	1,7	33,9	3,8
Taxa de crescimento anual em (%) 1980/90	2,0%	2,9%		-2,7%		6,9%		5,1%	
Estimativa – 1990 (*)	42,5	35,1	14,9	30,9	4,6	24,2	3,6	45,0	6,7
Taxa de crescimento anual em (%) 1990/2000 (*)	2,0%	2,9%		-2,7%		6,9%		5,1%	
Estimativa – 2.000	51,7	38,5	19,9	16,5	3,3	32,2	6,4	51,3	10,2

Fonte: Censos demográficos, 1970, 1980. Para 1990 e 2.000 estimativas do autor.

Nota: (*) As projeções para 1990 e o ano 2.000 foram realizadas tomando por base a hipótese de que a estrutura do emprego do Nordeste no ano 2.000 seria igual à estrutura do emprego do Sudeste no ano de 1980. Os dados do ano 1990, são uma interpolação dos anos 1980-2.000.

A Utilização das Terras

O Brasil contava em 1975 com cerca de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, com uma área total de 324 milhões de hectares. No Nordeste, estavam 47% dos estabelecimentos do País e 24% da área, proporções que eram no Sudeste, respectivamente, de 18% e 22%. A participação do Sul era de 23% nos estabelecimentos, contra 14% da área. O Norte tinha um certo equilíbrio na participação dos estabelecimentos (6,8%) e áreas (10,1%), enquanto o Centro-Oeste, com apenas 5% dos estabelecimentos possuía 94 mil hectares de área, ou seja, 28,9% de toda a superfície dessas unidades do País.

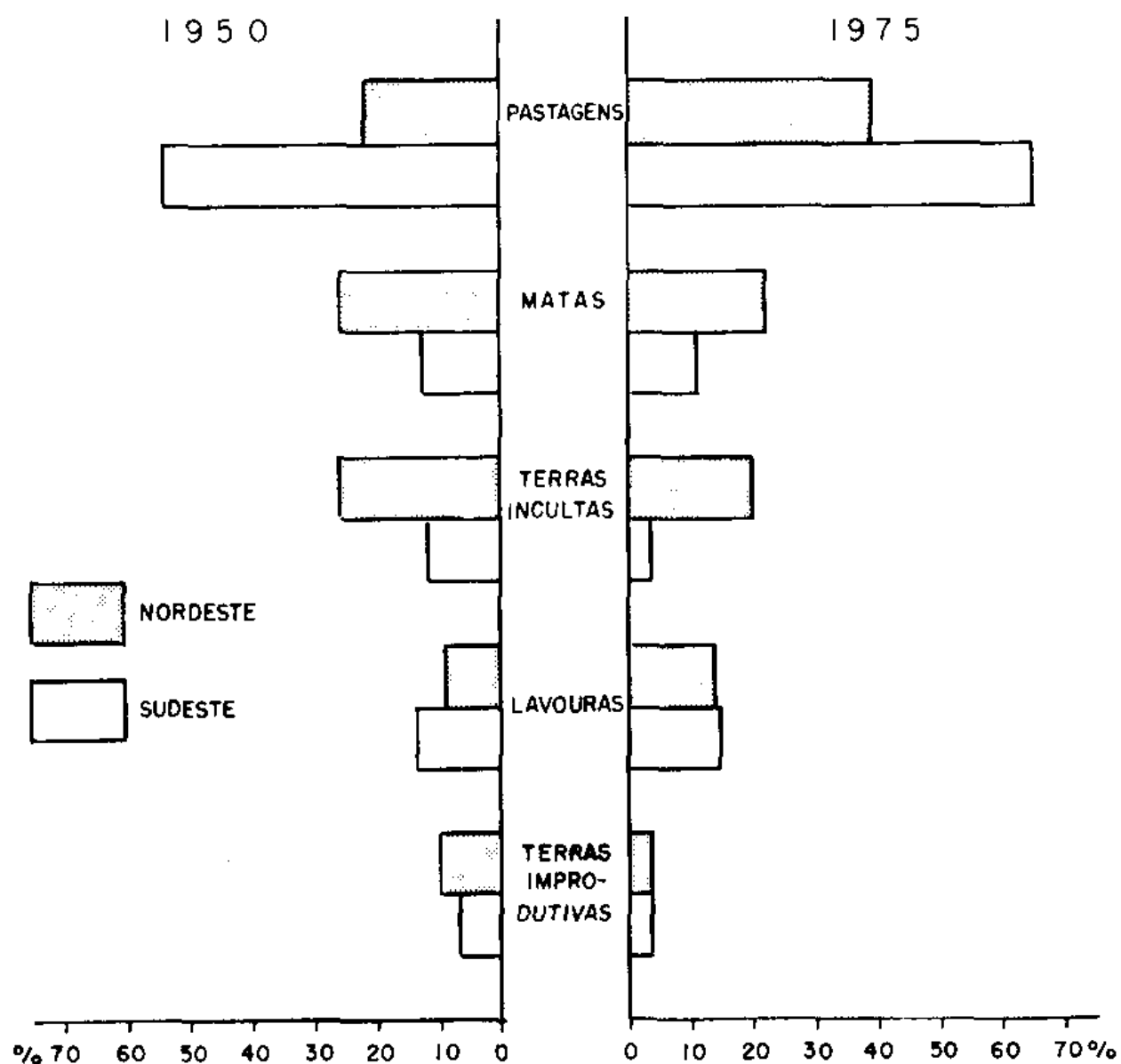
A distribuição do uso da terra dentro dos estabelecimentos agrícolas, segundo os censos agropecuários, estava marcada, em 1975, pela predominância das pastagens, tanto no Nordeste, com 39% da área total, como no Sudeste, com 65%. Nesta região, a segunda utilização mais importante eram as lavouras, com 15% e matas com 10%, com pouca modificação em relação a 1950.

As matas ocupavam, depois das pastagens, a maior área dos estabelecimentos do Nordeste em 1975, cerca de 22%, seguidas das lavouras com 14%, ou 11 milhões de hectares. Em comparação com 1950, a principal alteração na estrutura da utilização da terra no Nordeste foi quanto ao aumento da percentagem do item lavouras, além de ajustes nas demais reservas de terras em descanso, terras incultas e improdutivas.

Como pode ser observado na Figura 4, a situação em 1950 era comparativamente similar entre Nordeste e Sudeste, talvez com a modificação apenas no que tange às pastagens, que, no Nordeste, tiveram um aumento de 2,5% ao ano entre 1950/75 e de 1,5% no Sudeste. Nesta região, o crescimento da área para lavouras era de 1,5% entre 1950/60, com pequeno declínio na década seguinte (1960/70) e com pouco mais de 1% entre 1970/75. No Nordeste, as taxas de crescimento das áreas para lavouras, entre 1950/70, foram em média anual de 3%, caindo para pouco mais de 1% entre 1970/75.

Em termos absolutos, no Sudeste, de 1950 a 1975, as áreas com matas diminuíram dentro dos estabelecimentos. As terras em descanso e produtivas não-utilizadas decresceram de 7,5 milhões de hectares em 1950 para 3,2 milhões em 1975. No Nordeste, esta categoria de terras alcançava 15 milhões de hectares, cifra praticamente a mesma de 1950. As terras propriamente improdutivas mantiveram-se em cerca de 3,0 milhões de hectares, tanto no Nordeste como no Sudeste.

FIGURA 4

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NOS ESTABELECIMENTOS
AGRÍCOLAS DO NORDESTE E SUDESTE

FONTE : Censo Agropecuário 1950, 1975

Segundo pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getúlio Vargas, para o ano de 1969, é possível ter uma idéia da utilização das terras, segundo as classes de área, para os Estados do Ceará, Pernambuco e São Paulo, três Estados em estágios diferentes de desenvolvimento rural. No caso específico do Ceará, os estabelecimentos de até 9,9ha dedicavam 69% de suas áreas a culturas, especialmente permanentes. Esta finalidade decresce de importância à proporção em que os estabelecimentos crescem, chegando apenas a 19% nas unidades de mais de 100ha. Contrariamente ocorreu com as pastagens que, de 8,2% nos menores estabelecimentos, atingiram 27% nos maiores. As áreas em descanso ou capoeiras abrangeram 22% da superfície dos pequenos e 17% nos maiores, a partir de 100ha. Nesse Estado, os pequenos estabelecimentos não possuíam matas; nos médios (10 a 99ha), tal percentagem era de 15% e nos maiores, 22% da área total.

Em Pernambuco, a estrutura e o nível da atividade de exploração são similares ao caso do Ceará, com a diferença apenas de intensidade. As culturas, por exemplo, ocupavam 52% das áreas dos pequenos estabelecimentos, mantendo-se ainda elevadas nos grandes, particularmente com culturas temporárias. As áreas de descanso foram em média de 18%, com 22% nas pequenas propriedades, 12% nas médias e 27% nas de mais de 1.000ha.

Com relação a São Paulo, as diferenças referentes ao Nordeste, nesse particular, eram: a) pertinentes a uma maior proporção de área destinada a culturas, isto é, 49% nos pequenos e 17% nos grandes; com ambas balanceadas entre as culturas permanentes e temporárias; b) elevada participação nos estabelecimentos de mais de 100ha de área com pastagens, ou seja, 67%, especialmente de pastagens cultivadas, que no Ceará e Pernambuco são pouco significativas; c) as poucas florestas existentes nos estabelecimentos agrícolas de São Paulo se concentram mais nos pequenos estabelecimentos (10% da área total), caindo para 7% nas maiores. As áreas em descanso são também pouco significativas.

Existe um aspecto adicional a destacar: em São Paulo, o valor da produção agrícola, segundo os dados da FGV, nos estabelecimentos de até 10ha, provém em 85% das culturas permanentes e temporárias, caindo esta participação para cerca da metade nos estabelecimentos com mais de 100ha. Em contrapartida, o valor da produção de criação e derivados animais cresce de 15% no mesmo grupo para 50% no setor pecuário. No Ceará há um relativo equilíbrio entre as duas atividades, com predomínio das culturas em todos os tamanhos. Em Pernambuco, a participação do setor animal, em qualquer dos tamanhos dos estabelecimentos, corresponde a menos de 20%.

TABELA 12
Utilização das Terras, Segundo Classes de Área – Ano: 1969

Discriminação	Classes de Área (Em Hectares)								
	Ceará			Pernambuco			São Paulo		
	Até 9,9	De 10 a 99,9	De 100 e mais	Até 9,9	De 10 a 99,9	De 100 e mais	Até 9,9	De 10 a 99,9	De 100 e mais
Área total dos estabelecimentos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Culturas	68,73	39,96	18,87	52,01	38,75	35,83	49,32	45,11	17,76
– Permanentes	64,57	30,47	15,31	16,75	22,17	1,90	26,16	17,27	6,41
– Temporárias	4,16	9,49	3,56	35,26	16,58	33,93	23,16	27,84	11,35
Capineiras de Corte	0,00	1,1	0,29	3,69	9,22	0,51	0,00	2,31	0,22
Forrageiras Arbustivas	0,00	0,08	0,07	0,37	2,26	0,05	—	—	—
Pastagens	8,20	15,21	27,35	13,70	9,57	15,65	31,10	42,39	67,23
– Naturais	8,20	14,85	27,17	11,81	8,67	12,95	14,31	20,51	21,41
– Cultivadas	0,00	0,36	0,18	1,89	0,90	2,70	16,79	21,88	45,82
Matas e Florestas	0,00	15,21	22,14	0,00	15,48	11,08	9,64	4,90	7,93
Áreas em Descanso ou Capoeira	22,87	18,50	16,75	24,99	20,26	31,55	6,06	4,60	5,06
Áreas em Águas, Barragens e Açudes	0,00	0,74	0,92	0,04	0,41	0,39	0,00	0,28	0,88
Áreas Construídas	0,20	1,42	0,29	0,56	0,46	0,30	0,88	0,32	0,15
Áreas Cedidas a Moradores	0,00	0,59	1,23	1,02	0,98	2,10	2,91	0,05	0,31
Áreas Improdutivas	0,00	7,19	12,09	3,62	2,61	2,54	0,09	0,04	0,46

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos Agrícolas, Explorações Agrícolas, 196.

FIGURA 5

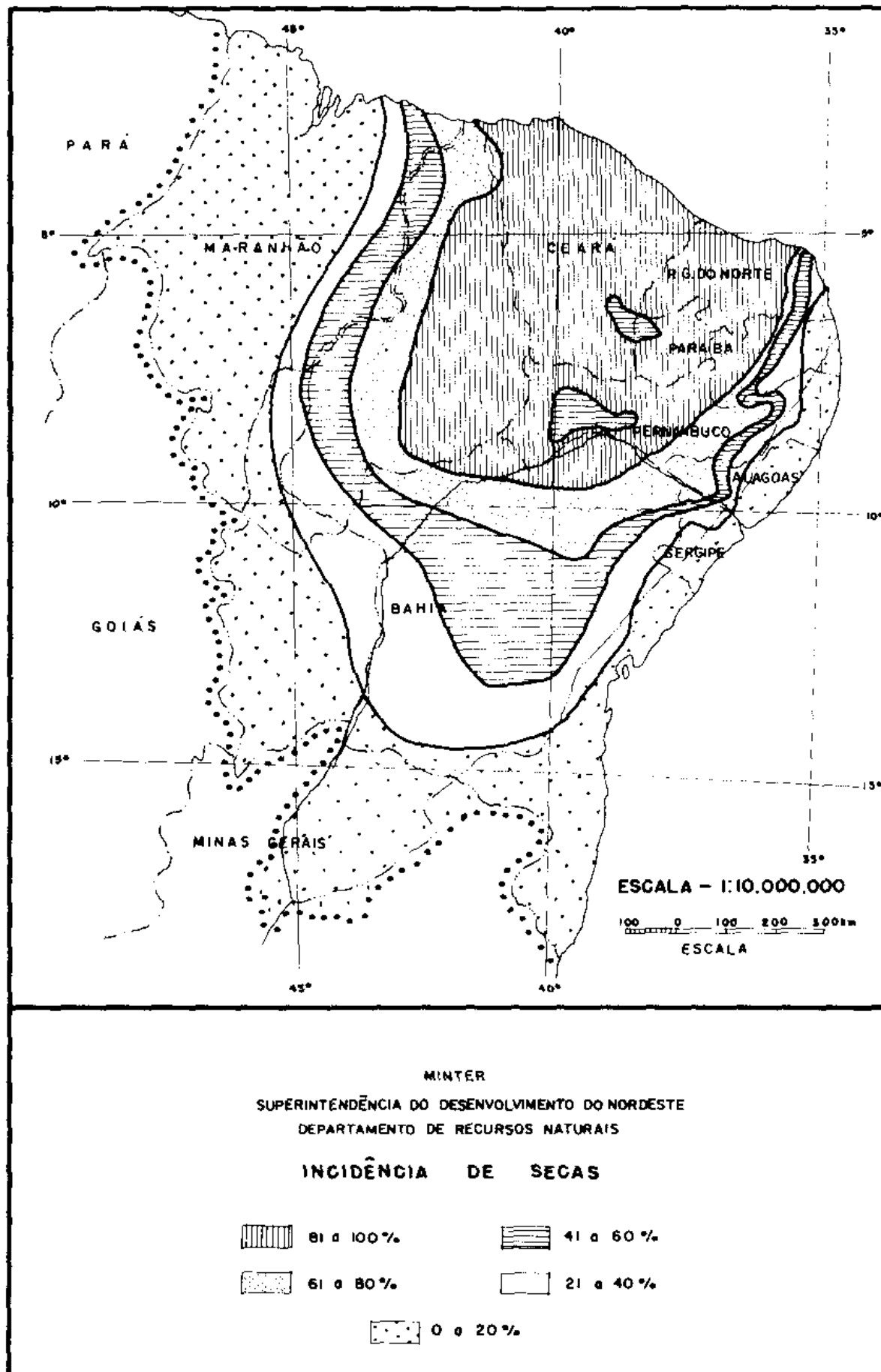
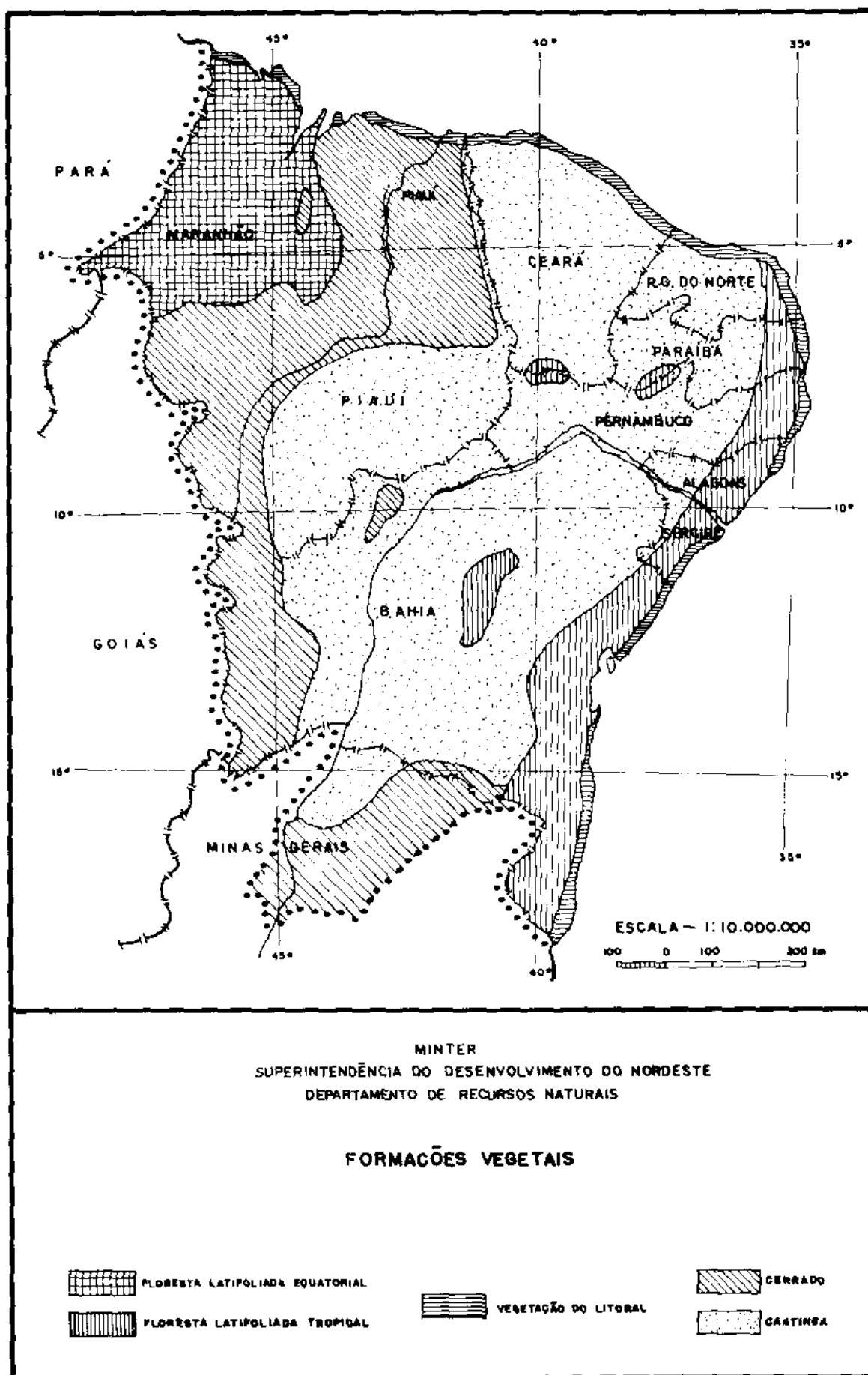


FIGURA 6



A ocorrência periódica de crises pluviométricas determina, em grande medida, as flutuações nas safras agrícolas e na produção agropecuária da região Nordeste.

Pela figura 5, pode-se ter uma idéia da extensão desse fenômeno. Segundo estudos do BNB, cerca de 56,6% do território nordestino recebe em média menos de 750mm de chuvas anuais, correspondente a uma área de 77 milhões de hectares. Destes, 18 milhões estão na faixa de menos de 500mm.

Na figura 6, tem-se também uma visão das formações vegetais do Nordeste, constituídas de floresta equatorial, tropical, vegetação litorânea, cerrado e caatinga.

O Tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários

Dos 5 milhões de estabelecimentos agropecuários do Brasil, em 1975, cerca de 52% eram de unidades com menos de 10ha. A estes estabelecimentos cabia apenas 3% da área total, mas 15% da produção agrícola e pecuária. Acrescentando-se a este número os estabelecimentos de 10 a 100ha, tais percentagens atingiam 90,1% dos estabelecimentos e 53% da produção, e tão-somente 34% da área total dos referidos estabelecimentos.

A região Nordeste, em confronto com o Sudeste, contava com mais do dobro dos estabelecimentos de menos de 10ha, relativamente ao total de cada região, conforme pode ser observado na tabela 13. Fato marcante neste particular é que esses pequenos estabelecimentos do Nordeste obtinham 29% da produção total do setor, contra apenas 11% no Sudeste e 15% no Brasil. Considerando os estabelecimentos até 100ha, chega-se a uma participação da produção de 60,6% originada de 26,6% de área. Convém ressaltar que 29% da área dos estabelecimentos agropecuários estava no grupo de 1.000ha e mais, o qual correspondia a 0,4% das unidades e a 8% da produção.

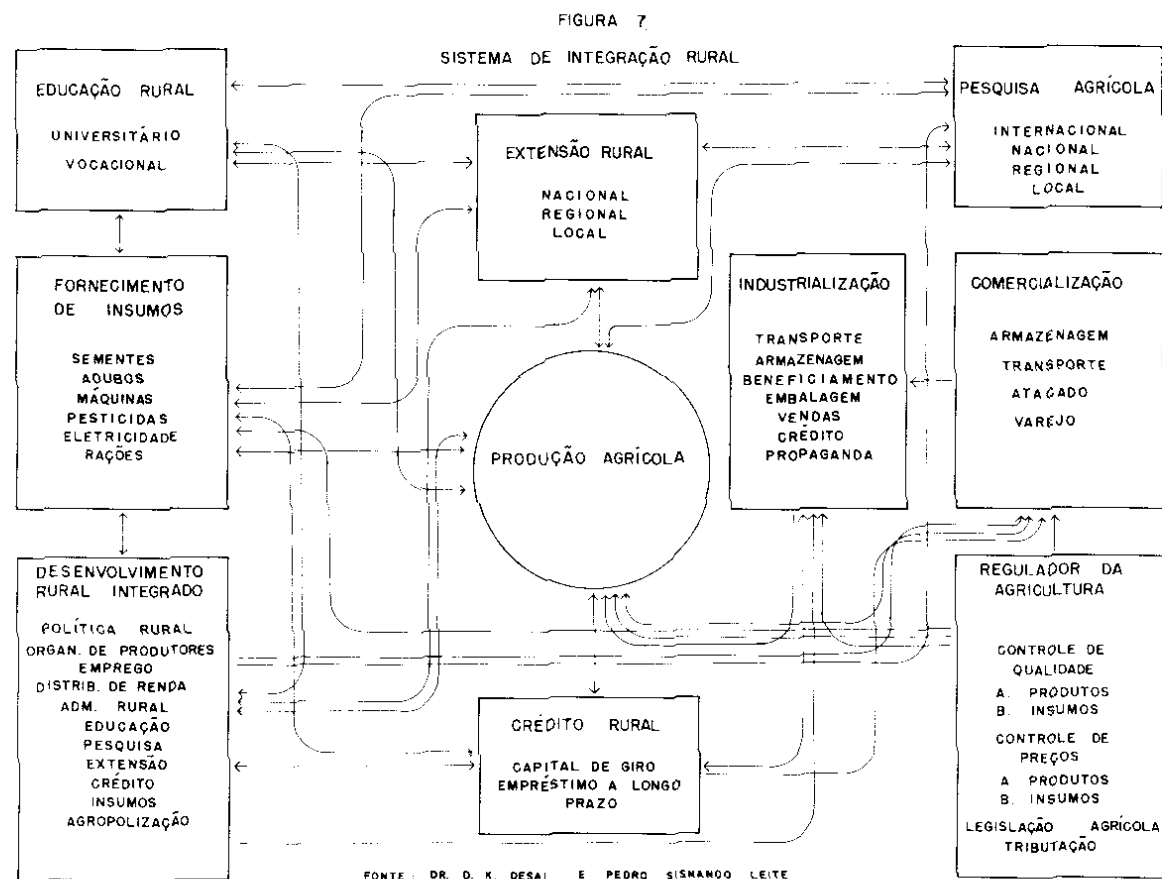
A estrutura agrária do Sudeste se destaca pela prevalência dos estabelecimentos de 10 a 1.000ha. Nada menos de 74% da produção provém desses estabelecimentos, os quais concentram proporção semelhante da área, isto é, 72%.

Entre 1960/70 o crescimento da área dos estabelecimentos até 10ha era de 48% no Nordeste, contra 5% no Sudeste. Nos cinco anos seguintes

TABELA 13
Distribuição dos Estabelecimentos Rurais do Nordeste, Sudeste e do Brasil,
Segundo o Tamanho e sua Participação na Área Total e Produção Total – 1975
(Em Percentagem)

Estrato de Tamanho (ha)	Nordeste			Sudeste			Brasil		
	Estabele- cimento	Área	Produ- ção	Estabele- cimento	Área	Produ- ção	Estabele- cimento	Área	Produ- ção
Menos de 10	69,8	5,5	29,1	31,6	1,9	10,8	52,1	2,8	14,8
10 a menos de 100	24,1	23,1	31,5	52,3	23,3	34,3	38,0	18,6	38,5
100 a menos de 1.000	5,6	42,2	31,0	15,0	48,5	39,8	8,9	35,7	32,9
1.000 a menos de 10.000	0,4	23,2	8,0	1,0	24,8	13,8	0,8	27,8	12,2
10.000 ou mais	<0,1	6,0	0,4	<0,1	1,5	1,0	<0,1	15,1	1,3
De tamanho não declarado	0,1	—	<0,1	0,1	—	0,3	<0,1	—	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário de 1975 – F.IBGE.



(1970/75), as superfícies destes estabelecimentos cresceram 6% no Nordeste e no Sudeste decresceram 12%, bem como os de 10-20ha (-9%) e 20 a 100ha (-2,3). Por outro lado, as áreas dos estabelecimentos do Sudeste com mais de 1.000ha, que haviam decrescido entre 1960/70, passaram a aumentar a partir de então.

No Nordeste, as áreas das grandes propriedades estiveram sempre em crescimento no período analisado, merecendo destaque apenas o grupo de 5.000ha e mais, que havia decrescido de 5% entre 1960/70, mas que deu um salto de 50% a mais entre 1970/75. Em outras palavras, este segmento correspondia a 8% da área dos estabelecimentos no primeiro período, passando para 21% no segundo, de acordo com o censo agropecuário da F.IBGE.

É necessário advertir que, proporcionalmente, as áreas ocupadas pelos grandes estabelecimentos (mais de 1.000) são semelhantes no Nordeste e Sudeste. De fato, os 24 milhões de hectares nesta categoria, no Nordeste, correspondiam a 30% da superfície total dos estabelecimentos (79,8 milhões de hectares) e no Sudeste a 28% do total (20,3 milhões de hectares) em 1975.

Aspecto oportuno a destacar neste item é quanto à capacidade de emprego de acordo com o tamanho dos estabelecimentos agropecuários. Segundo os censos agropecuários, nada menos de 58% do pessoal ocupado na agricultura, em 1975, estava no grupo de estabelecimentos com menos de 10ha, percentagem que já fora de apenas 35% em 1950, subindo sucessivamente deste então. A taxa de crescimento anual nesta categoria era de 4,8% entre 1960/75, contra 0,5% na classe de 10 a 100, que diminuiu a sua participação de 35% para 29% neste período. Em todos os demais grupos de 100ha e mais tem ocorrido diminuição na ocupação de mão-de-obra agrícola. A pressão demográfica sobre as pequenas propriedades também poderá ser avaliada, sabendo-se que o tamanho médio dos estabelecimentos até 10ha é de apenas 2,7ha e que esta dimensão vem diminuindo anualmente, pois em 1960 atingia 3,1ha.

Em outras palavras, a ocupação da população rural vem-se fazendo principalmente nas pequenas propriedades, as quais, em média, têm diminuído de extensão, com a deterioração das condições de vida desta população. Isto é tanto mais evidente, quando se considera que, aparentemente, não ocorreram melhorias tecnológicas que possibilitassem o aumento da produção por área, capaz de proporcionar um incremento de renda para compensar o afluxo de pessoas para os referidos estabelecimentos. Não há dúvida de

TABELA 14
NORDESTE
Pessoal Ocupado na Agricultura, Segundo os Grupos de Áreas
(Total = 100)

Grupos de Área (ha)	1950	1960	1970	1975	Δ % Anual 60/75
Menos de 10	35	46	57	58	4,8
10 — 100	38	35	30	29	0,5
100 — 1.000	22	17	11	11	-1,1
1.000 e mais	5	2	2	2	-0,6
Total	100	100	100	100	2,2

Fonte: Censos Agrícolas — F.IBGE.

SUDESTE
Pessoal Ocupado na Agricultura, Segundo os Grupos de Áreas
(Total = 100)

Grupos de Área (ha)	1950	1960	1970	1975	Δ % Anual 60/75
Menos de 10	...	19	22	21	0,4
10 — 100	...	46	49	48	0,01
100 — 1.000	...	28	24	26	-1,0
1.000 e mais	...	7	5	5	-2,3
Total	...	100	100	100	-0,34

Fonte: Censos Agrícolas — F.IBGE.

que neste problema se encontra um dos grandes desafios para os estudiosos, políticos e governantes de nossa época, especialmente porque não mais se justifica a alternativa da mera emigração e urbanização, geradoras de tantas dificuldades econômicas e sociais no Nordeste.

A situação do Sudeste neste particular difere bastante da do Nordeste. Com efeito, o pessoal ocupado na agricultura dessa região compreendia 21% nos estabelecimentos de menos de 10ha, em 1975. Referido montante cresceu, entre 1960/75, a uma taxa média anual de apenas 0,4%. A maior concentração de emprego ocorre nos estabelecimentos de 10 a 100ha, com 48% do total, além de praticamente não se haver alterado nos últimos 15 anos a 20 anos. Nos estabelecimentos de 100 a 1.000ha tem ocorrido decréscimo anual semelhante ao do Nordeste, enquanto nas unidades de 1.000ha e mais tem sido bem mais acentuada a redução da ocupação rural no Sudeste do que no Nordeste, entre 1960/75.

Pode-se deduzir, das informações analisadas, que o maior crescimento da população rural do Nordeste e a conseqüente necessidade de mais postos de trabalho na agricultura têm sido em parte responsáveis pelas pressões ocupacionais nos pequenos estabelecimentos agropecuários desta região. De fato, pelas informações dos censos agrícolas verifica-se que, no Nordeste, o pessoal ocupado na agricultura cresceu em média de 2,2% ao ano, entre 1960/75, contra uma diminuição de -0,34 no Sudeste.³³ Ou seja, além de uma relativa redução da mão-de-obra nos grandes estabelecimentos agropecuários, no Sudeste, também foi pequena a procura de emprego nas pequenas propriedades, as quais têm, em média, o dobro da extensão dos estabelecimentos de idêntico grupo no Nordeste (2,7ha), isto é, 4,7ha.

A Mecanização Agrícola

A transição da agricultura tradicional para a moderna, bem como o aumento da renda média do produtor rural, historicamente, têm ocorrido de maneira simultânea com a mecanização das atividades deste setor. Mais recentemente, os problemas de desemprego e subemprego no meio rural, assim

³³ O conceito de pessoal ocupado, de acordo com o Censo Agropecuário, abrange todas as pessoas, sem limites de idade, que na data do censo participavam das atividades do estabelecimento. A população economicamente ativa, segundo o censo demográfico, corresponde a todas as pessoas com 10 anos e mais que trabalharam nos doze meses anteriores à data do censo, mesmo que no momento do levantamento estivessem desempregadas, bem como as que na data do Censo estivessem procurando emprego pela primeira vez.

como outras dificuldades quanto à topografia e qualidade de solos, cada vez mais estão sendo considerados, quando se deve decidir sobre a introdução de equipamentos agrícolas nas lides rurais, particularmente das regiões mais subdesenvolvidas do Brasil, como é o caso do Nordeste.

De qualquer modo, o grau de utilização de energia elétrica, força animal e mecânica, tratores e arados oferece uma dimensão do nível de modernização da agricultura e de utilidade para os objetivos deste trabalho, que são os de tentar medir as disparidades e tendências do desenvolvimento da agricultura das regiões analisadas.

Com este intuito, cabe observar que, em 1975, quase todos os estabelecimentos agropecuários de São Paulo utilizavam força animal e mecânica e, no Sudeste, 64%, em contraste com o Nordeste, onde apenas 20% faziam uso desses instrumentos auxiliares de trabalho. Isto sem falar em Estados como o Maranhão, onde tal percentagem era de 1%, apesar de no Rio Grande do Norte referida proporção ter sido de 40%. Não obstante, é necessário ressaltar que o Nordeste vem apresentando uma melhoria substancial neste particular, desde 1960, quando a percentagem dos estabelecimentos com essas melhorias alcançava apenas 3,3%.

No tocante à utilização de tratores, é também notória a disparidade entre o Nordeste e os Estados mais desenvolvidos do Brasil. A relação trator/10.000ha de terras cultivadas era de 14 para o Nordeste e 126 para o Sudeste, isto é, oito vezes mais elevada nesta última região. Em ambas as regiões tem sido notável o aumento da mecanização. Em 1960, referidas relações eram de apenas 3,6 e 24,0, respectivamente. Neste período (1960/75), o aumento do uso de tratores no Nordeste foi bem maior do que no Sudeste, em São Paulo e no Brasil.

O censo agropecuário registrou, em 1975, a existência, no Nordeste, de 15 mil tratores, número que atingia somente 3 mil em 1960. O Sudeste contava, na data do último censo, com 132 mil, dos quais 101 mil em São Paulo. Percentualmente, o Sudeste concentrava 41% dos tratores do Brasil, em 1975. O Nordeste, com mais de 20% do produto bruto da agricultura do Brasil, possuía 0,05% de tratores do país. Mesmo assim, a região teve um aumento percentual de mais de 100% do verificado no Sudeste entre 1960/75.

Quanto ao número de arados, o Nordeste possuía uma frota de 219 mil unidades, em 1975, ou pouco mais de 10% da do Brasil; o Sudeste, com 580 mil, participava com 28% dos 2.093 mil arados do país. Entre 1960/70,

TABELA 15
Indicadores do Grau de Mecanização dos Estabelecimentos Agrícolas do
Nordeste, Sudeste e Brasil – 1960-1975

Estados	Nº dos Estabelecimentos Útil. Força Animal e Mecânica (%)		Trator/10.000 ha		Nº de Estabelecimentos Usando Energia Elétrica (%)	
	1960	1975	1960	1975	1960	1970(1)
Maranhão	0,1	1,1	0,5	3,5	0,2	0,03
Piauí	1,6	15,8	1,5	5,4	0,1	0,05
Ceará	3,4	25,7	1,3	6,6	0,3	0,7
Rio Grande do Norte	22,3	40,7	5,3	14,9	0,5	0,5
Paraíba	8,6	30,5	4,6	12,4	0,3	0,8
Pernambuco	1,7	23,7(*)	7,2	16,5(*)	0,5	0,9
Alagoas	7,7	39,7	7,6	31,9	0,4	1,0
Sergipe	0,7	11,5	4,8	44,2	0,4	1,0
Bahia	2,5	21,7	2,7	16,3	0,3	0,3
Nordeste	3,3	19,6	3,6	13,7	0,3	0,5
São Paulo	57,3	90,5	56,9	195,7	7,1	13,5
Sudeste	32,9	64,4	34,0	126,4	7,0	9,8
BRASIL	23,4	45,7	21,4	80,8	3,5	4,1

Fonte dos dados originais: Censo Agrícola 1960 e Censo Agropecuário 1970 e 1975 – F.IBGE.

Notas: (*) Inclui dados de Fernando de Noronha.

(1) Dados de 1970 em virtude de não se dispor dos de 1975.

o número de arados quadruplicou no Nordeste e, no Sudeste, cresceu de 54%. A partir deste ano até 1975, deu-se no Sudeste uma pequena redução do número de arados e, no Nordeste, ocorreu uma expansão de 71%, no quinquênio.

Sabe-se que, nos últimos dez anos, a eletrificação rural tem sido instalada em diversas áreas do Nordeste, especialmente como parte do programa POLONORDESTE e de outras iniciativas similares. Mesmo assim, não é de se esperar que o uso de energia seja ainda expressivo, relativamente à imensa extensão territorial de 1,5 milhão de km². Realmente, em 1970, a porcentagem de estabelecimentos com rede elétrica era de 0,5%. Mesmo em Estados mais desenvolvidos, como Pernambuco e Bahia, tal percentual não alcançava, naquela data, 1%. Somente em Sergipe e Alagoas chegavam a esta ínfima proporção. Assim, no Nordeste, a estimativa mais otimista não deverá ultrapassar atualmente a casa dos 2 a 5% dos estabelecimentos com energia elétrica.

O Sudeste, em 1970, apresentava uma situação 20 vezes superior à do Nordeste, no que se refere ao montante de estabelecimentos servidos de energia elétrica.

O Uso de Fertilizantes

Segundo estudos da FAO, o fator de maior efeito sobre a produtividade das lavouras é o fertilizante. Naturalmente que os resultados do seu uso dependem da combinação com a oferta adequada de água, sementes e tratos culturais. Por isso mesmo, o grau de utilização desse insumo é comumente considerado como indicador do nível de modernização da agricultura.

De 1960/75, o Brasil aumentou um crescimento anual de 13% no consumo médio do mencionado nutriente. A partir deste último ano até 1980, a taxa anual passou para 23%, alcançando, em termos absolutos, 4,2 milhões de toneladas de nitrogênio, potássio e fósforo.

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Agricultura de São Paulo,³⁴ a distribuição do consumo aparente de fertilizantes foi a seguinte, em 1980: Norte/Nordeste, 9,6%, Centro, 68,3% e Sul,³⁵ 22%. Os incrementos

³⁴ "Prognóstico – Região Centro-Sul – 81/82". São Paulo, Secretaria de Agricultura, v. 8, 1981.

³⁵ Ver nota da tabela 16.

mais significativos do consumo de fertilizantes ocorreram no Norte/Nordeste, com uma média de 40% ao ano, e no Centro, com 24%. O Sul obteve um aumento de 13% no quinquênio, cifra bastante significativa, mas bem aquém das demais regiões.

O importante a destacar, porém, relativamente às diferenciações do grau de modernização, diz respeito ao nível de consumo de fertilizantes, por área, já alcançado por tais regiões. Neste particular, o Sudeste contava com a maior densidade de utilização desse insumo, cerca de 97kg/ha, em 1977. Segue-se, em ordem de importância, o Sul (65kg/ha), Centro-Oeste (34kg/ha) e Norte (33kg/ha).³⁶

O Nordeste, com apenas 15kg/ha, foi a região que, proporcionalmente, apresentou o menor consumo de fertilizantes por superfície cultivada, medida que pode ter limitações mas, de qualquer modo, serve de indicativo sobre o assunto. Outro aspecto a destacar, no caso do Nordeste, é que o uso de fertilizantes químicos se realiza, principalmente, nas culturas de cana-de-açúcar e cacau, com mais de 2/3 do total consumido de nitrogênio, fósforo e potássio. Fumo, banana e produtos hortigranjeiros são as outras mais importantes, todas elas também concentradas geograficamente.

Convém esclarecer que o substancial acréscimo no consumo de fertilizantes, no Nordeste, a despeito do grande aumento do preço do produto, decorreu sobretudo das medidas governamentais de incentivos ao uso desse fator de produção. Podem ser citadas, neste particular, a criação do Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Primários (FINFERTIL) e do Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG); a supressão da taxa de juros nas compras de crédito de fertilizantes pelos agricultores (1974/75); e a concessão aos agricultores de subsídio de 40% aos preços dos fertilizantes, a partir de abril de 1975.

A Distribuição Geográfica do Crédito Rural

Aqui não se pretende analisar circunstanciadamente o papel do crédito no desenvolvimento rural. Presume-se, inclusive, que os recursos de financiamento são estratégicos e essenciais para ajudar a modernização e a produção agrícola. Deve-se deixar bem claro — como diz Warren C. Baum — que o cré-

³⁶ O consumo por hectare de fertilizantes (N, P₂O₅ e K₂O) é em média de 170kg na Europa Ocidental, 80kg na América do Norte, 60kg na Europa Oriental e Rússia, 32kg na China Continental, 500kg no Japão e 5kg na África.

TABELA 16
Consumo Aparente de Fertilizantes (NPK) por Região,¹ Brasil, 1975-80
(Em Tonelada de Nutrientes)

Ano	Norte/Nordeste		Centro		Sul		Brasil
	t	%	t	%	t	%	t
1975	135.339	6,9	1.280.182	64,7	562.171	28,4	1.977.692
1976	276.374	10,9	1.639.808	64,9	611.959	24,2	2.528.141
1977	319.691	10,0	2.003.259	62,4	885.946	27,6	3.208.896
1978	314.366	9,8	1.959.203	60,8	948.817	29,4	3.222.386
1979	339.322	9,5	2.219.362	62,2	1.008.355	28,3	3.567.039
1980	405.143	9,6	2.868.847	68,3	926.629	22,1	4.200.619

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos, no Estado de São Paulo (SIACESP) e Ministério da Agricultura (MA).

¹ Segundo o critério de regionalização do SIACESP, a Região Centro compreende os Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás; a Região Sul, os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a Região Norte/Nordeste, os demais Estados.

dito, embora muitas vezes necessário, é apenas um instrumento para promover o desenvolvimento agrícola.³⁷

No presente capítulo, objetiva-se tão-somente apresentar a distribuição do crédito segundo as grandes regiões, assim como verificar as tendências das aplicações desses recursos nos últimos anos.

Estudos realizados pelo professor Paulo Fernando Cidade de Araújo,³⁸ com base no censo agropecuário de 1975, indicam que o Nordeste contava com 48% dos estabelecimentos agrícolas do País, os quais representavam 25% da área e 16% da produção. Segundo estas estatísticas censitárias, a região recebeu 14% do total de empréstimos do Brasil como um todo. Entretanto, apenas 6,3% dos estabelecimentos agrícolas do Nordeste obtiveram crédito rural. O Sudeste e o Sul conseguiram uma proporção de financiamento semelhante às suas contribuições para a produção agrícola, respectivamente, 35% e 19%. A percentagem do número de estabelecimentos do Sudeste foi de 17%, dentre os quais 23% receberam empréstimos rurais (São Paulo, 32%). O Sul contava com 22% de estabelecimentos e 27% dessas unidades obtiveram financiamento.

Em comparação com 1970, a situação quase não se alterou estruturalmente em termos da percentagem do valor dos empréstimos obtidos pelas regiões. Apenas ocorreu pequeno acréscimo no Sudeste e decréscimo no Norte e Centro-Oeste. Nesse ínterim, verificou-se uma melhoria na abrangência do número de estabelecimentos financiados, com exceção do Norte e Centro-Oeste, com pequena redução.

Aproximadamente 54% dos empréstimos concedidos ao Nordeste, em 1975, destinaram-se a investimento. No Sudeste e no Sul, predominaram os recursos para custeio, cabendo ao item investimento apenas 27%. A maior participação dos recursos de crédito para investimento no Nordeste decorre, por certo, da atuação do Banco do Nordeste do Brasil, que destina significativa parcela dos créditos rurais a esta finalidade.

O trabalho do Dr. Paulo Cidade de Araújo não permite identificar como se distribuiu o crédito por tamanho de estabelecimento, segundo as regiões. Considerando o País como um todo, porém, isto é possível, o que, de

³⁷ Finanças & Desenvolvimento. Washington, D.C. Fundo Monetário Internacional, 1977.

³⁸ "Análise da Política de Crédito à Agricultura Brasileira". Piracicaba. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 1980.

qualquer forma, oferece uma idéia a respeito do assunto. Pode-se concluir desses dados que os estabelecimentos de menos de 10ha praticamente não recebem crédito bancário. Apesar de se constituírem a grande maioria, essas unidades conseguiram, em 1975, tão-somente 3% do valor total financiado, contra 6% obtidos em 1970.

A relação entre o valor dos empréstimos e o valor da produção nesta categoria de pequenos estabelecimentos foi de apenas 0,06. Os estabelecimentos médios (10 a menos de 100ha) receberam 28% em 1975, contra 33% em 1970, com uma relação técnica empréstimo/produção de 0,19. Todos os demais estabelecimentos com dimensão superior a 100ha tiveram melhoria na participação dos financiamentos, com relações entre empréstimos/produção que vão de 0,35 (100 a menos de 1.000), 0,42 (1.000 a menos de 10.000 hectares), e 0,75 nos de mais de 10.000ha. Em outras palavras, as grandes propriedades viviam praticamente às custas do crédito bancário. Este fato, só por si, apresenta uma dimensão das preferências e das facilidades de crédito para as grandes propriedades, em detrimento dos pequenos estabelecimentos, responsáveis por parcela significativa da produção agrícola nacional.

Os dados até agora comentados são oriundos do censo agropecuário e, portanto, refletem as informações dos usuários ou tomadores de crédito. A seguir, examina-se o assunto do ponto de vista do sistema bancário, com base em dados do Centro de Informações Econômico-Fiscais e do Banco Central.

Em termos reais, o volume de empréstimos (saldos médios) ao setor rural aumentou, entre 1970/80, de 125% a nada menos de 325% no Nordeste. Na verdade, a relação entre empréstimos/produto bruto da agricultura do Nordeste elevou-se de 40% em 1970 para 69% em 1980, reafirmando a conclusão anterior de um grande esforço na concessão de ajuda financeira à agricultura regional. Mesmo assim, é necessário lembrar que esta relação atingiu quase 100% no Brasil e não deve ser muito diferente no Sudeste, para o qual não se dispõe de dados de produto para efetuar o referido cálculo.

O Banco do Brasil respondeu por 80% dos empréstimos rurais do Nordeste e por 68% dos do Sudeste, em 1980. Dez anos antes, estas relações eram de 54% e 47%, respectivamente, donde se deduz a importância da atuação desta agência financeira, mesmo na Região, onde o Banco do Nordeste atua adicionalmente na ajuda creditícia a este setor.

A distribuição dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco do Brasil, por região, era em 1978, em ordem decrescente: 38% para o Sul,

36% para Sudeste (São Paulo, 24%), 13% para o Nordeste e 10% e 2%, respectivamente, para Centro-Oeste e Norte. Em comparação com 1970, o Sudeste diminuiu sua participação no montante nacional, com melhoria para as demais regiões, destacando-se o Sul e o Centro-Oeste.

Considerando o sistema bancário como um todo, do total do financiamento concedido em 1980, no Nordeste, a produção agrícola foi a mais beneficiada pelo crédito, com 58%, seguindo-se-lhe a produção animal com 27%, cooperativas de produção, com 6,7%, comércio de produtos agrícolas, com 6,7% e comercialização de produtos pessoais, com o restante. As principais mudanças estruturais da destinação dos empréstimos em relação ao ano de 1970 foi a significativa redução na atividade animal, que chegou a atingir 43% neste ano. Em contrapartida, a produção agrícola participava então com apenas 39%.

Em números absolutos nominais, o volume total de empréstimos ao setor rural foi de Cr\$168,5 bilhões no Nordeste, em 1980, em comparação com os Cr\$261,9 bilhões no Sudeste. Nesta região, as principais atividades financiadas foram a produção agrícola, com 57% de todos os empréstimos, a produção animal com 22%, as cooperativas de produção com 8%, comercialização agrícola com 10% e o restante para a comercialização de produtos pecuários. As principais alterações na composição dos empréstimos deram-se no aumento relativo para as lavouras e redução para a pecuária e comercialização de produtos agrícolas, como podem ser observadas na tabela 18.

Não foi possível identificar para o sistema bancário a distribuição dos empréstimos rurais segundo a dimensão dos estabelecimentos beneficiados e as respectivas regiões. O estudo do Dr. Paulo Cidade, já citado, oferece uma ilustração deste aspecto, utilizando dados do Banco do Brasil para o País como um todo. Segundo tais elementos, entre 1969/76, tem-se verificado no Brasil uma drástica redução na participação das pequenas e médias propriedades nos empréstimos agrícolas, em flagrante contraste com as políticas econômicas que anunciam prioridade para referidos produtores. Desde 1969, a parcela de crédito para os pequenos³⁹ reduziu-se ano a ano de 31% para apenas 11%, e a dos médios,⁴⁰ de 46% para 35%. As grandes

³⁹ De 1969 a 1973, o pequeno empréstimo tinha valor até 50 vezes o maior salário mínimo do País.

⁴⁰ O médio situava-se entre valores acima de 50 salários e até 500 salários.

propriedades,⁴¹ todavia, passaram sucessivamente de 23% para 54% de todos os financiamentos do Banco do Brasil, entre 1969/76. Os principais produtos beneficiados no Nordeste pelo crédito deste Banco foram: cana-de-açúcar, cacau, abacaxi, feijão, mandioca, algodão, em relação aos financiamentos destas atividades para o Brasil.

No tocante aos empréstimos pecuários, o comportamento foi o mesmo, especialmente para os pequenos, que de 43% desses financiamentos, em 1969, passaram para somente 12% do total. Os médios chegaram a obter 51%, em 1971, caindo para 41% em 1976, último ano para o qual foi possível obter dados. Quanto aos grandes proprietários, o aumento de participação foi ponderável, subindo de 15% em 1969 para 47% em 1976. Do total do País, o Sudeste participou com 36% de todos os financiamentos à bovinocultura, seguindo-se o Sul com 36% e o Nordeste e o Centro-Oeste com 22% cada.

Em resumo pode-se afirmar que o crédito rural teve um aumento substancial em todo o País, especialmente no próprio Nordeste, destinando-se, de modo especial, às grandes propriedades dedicadas às lavouras e à pecuária.

Finalmente, cabem algumas considerações sobre a atuação do Banco do Nordeste do Brasil referente ao crédito rural. Seus empréstimos globais totalizaram Cr\$260,3 bilhões no final do exercício de 1981, dos quais 18% se destinaram ao setor rural. Dos Cr\$54,5 bilhões aplicados com esta finalidade, 22% destinaram-se a custeio e o restante a investimento e crédito indireto através das cooperativas. No total (custeio + investimento), a produção de lavouras absorveu 34% dos recursos desta linha e a pecuária 56%. Entre 1980/81, o aumento médio de 118% dos financiamentos do Banco do Nordeste destinou-se preferencialmente a custeio (Δ % 260), contra 93% dos investimentos.

As culturas tradicionais da região tais como algodão, milho, feijão, mandioca, foram as mais beneficiadas nos contratos pactuados. Na linha de custeio, seguiu-se a manutenção de exploração pecuária. No grupo das atividades de investimento, destacaram-se: açudes, poços, obras de irrigação e correlatos, formação de pastagens permanentes, máquinas e equipa-

⁴¹ O grande empréstimo tinha valor superior a 500 salários. A partir de 1974, passou-se a considerar como parâmetros o valor global da produção anual e o total das operações de crédito, expresso em Maior Valor de Referência (MVR) – Carta-circular do BACEN, nº 109 de 20.02.74.

mentos, engorda de animais bovinos para reprodução e formação de plantéis, construção de cercas e pequenas indústrias rurais, etc.

Dos Cr\$18,1 bilhões de empréstimos rurais para os programas especiais em 1981, cerca de 37% destinaram-se ao Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), 19% para o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste (Projeto Sertanejo), 9% para o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), 5% para o Programa de Agroindústria do Nordeste. Nesse ano, o Programa PROENE (enchentes, estiagem, etc.) utilizou 21% dos recursos deste segmento, além de outros programas que absorveram menores importâncias, tais como: PROTERRA, PRONAP (pastagens), PROCAFÉ e o Programa de Recursos Hídricos. Todos estes projetos contaram com condições especiais de prazo e de custo financeiro.

O BNB ofereceu assistência creditícia a 150 cooperativas, abrangendo o atendimento de 75 mil associados e recursos de Cr\$4,6 bilhões em 1981. Uma das peculiaridades do BNB é a ação supletiva ao crédito, constituída de assistência técnica aos agricultores e às cooperativas, promoção de pesquisas agrônômicas e econômicas, com a finalidade de ajudar os agricultores regionais, e treinamento em vários níveis, direta e indiretamente, através de outras instituições. O BNB, enfim, procura atuar como uma verdadeira agência de desenvolvimento, ocupando a agricultura uma função estratégica, nesse contexto.

Um outro aspecto que aqui deve ser considerado diz respeito à assistência técnica dispensada aos produtores rurais dessas regiões.

De acordo com dados da EMBRATER/SUPLAN-CEPA's, cerca de 88,7 mil técnicos estavam prestando orientação técnica a 1,1 milhão de produtores, correspondendo a uma proporção de 120 produtores por técnico. Esta relação era idêntica para o Sudeste e de 193/1 para o Sul. A mais baixa proporção neste tocante ocorreu no Nordeste (65/1), seguida do Centro-Oeste (97/1) e Norte (78/1). É possível que a grande dispersão geográfica dos produtores do Norte/Nordeste/Centro-Oeste seja a razão do comparativamente baixo índice de atendimento por produtor, além do maior trabalho que o extensionista tem de realizar com agricultores tão carentes de ajuda, desde a preparação da proposta de financiamento, aquisição de insumos, até as atividades produtivas propriamente.

Por força disso, o Nordeste contava com 25,8% dos técnicos extensio-

TABELA 17
Participação Percentual do Número de Estabelecimentos, Área, Valor da
Produção, Empréstimos Obtidos por Estabelecimento e Distribuição Regional
do Valor dos Empréstimos, por Região do Brasil, 1975

Região	% dos Estabelecimentos		% da Área		% da Produção		% dos Estabelecimentos com Empréstimos, no Total dos Estabelecimentos Regionais		% do Valor dos Empréstimos Obtidos	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Norte	5,3	7,0	7,9	10,2	3,1	2,7	6,9	4,1	3,0	1,3
Nordeste	44,8	47,6	25,3	24,9	18,3	16,0	4,9	6,3	12,8	13,6
Sudeste	18,9	17,5	23,6	22,2	37,3	35,4	18,4	23,1	40,3	35,9
Sul	25,9	22,4	15,4	13,2	33,8	37,2	18,7	26,8	34,7	36,0
Centro-Oeste	5,1	5,5	27,8	29,5	7,5	8,7	12,8	16,1	9,2	13,2

Fonte: Dados originais do Censo Agropecuário, 1975 – F.IBGE. Paulo Fernando Cidade de Araújo. “Análise da Política de Crédito à Agricultura Brasileira”, Piracicaba-SP., Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo, 1980.

TABELA 18

Empréstimos do Sistema Bancário no Setor Rural,

Saldo em Fins do Ano

(% do Total)

Especificação	Nordeste			Sudeste		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Produção Agrícola	38,7	45,5	57,8	45,3	47,0	56,5
Produção Animal	42,9	41,9	27,3	25,8	32,0	22,1
Cooperativas de Produção	5,7	5,2	6,7	7,4	6,5	8,1
Comércio de Produtos Agrícolas	11,3	6,6	6,7	19,4	12,7	9,5
Comércio de Produtos Pecuários	1,4	0,8	1,5	2,1	1,8	3,8
Empréstimos ao Crédito Rural	—	—	—	—	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Participação do Banco do Brasil (%)	54,0	75,0	79,0	47,0	55,0	68,0

Fonte: Centro de Informações Econômico-Fiscais (até 1976); de 1977-80 — Banco Central do Brasil.

TABELA 19
Encargos Financeiros e Limite de Adiantamentos

Finalidade	Beneficiário	Limite (%)	Taxas de Juros (%)	
			SUDENE/SUDAM Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha (MG)	Demais Regiões
A - custeio, investimento e pré-comercialização (1)	- miniprodutor e pequeno pro- dutor	100		
	- médio produtor	(6) 70		
	- grande produtor	(6) 50	35	45
	- cooperativa com quadro social ativo constituído de 70%, pelo menos, de miniprodutores e pe- quenos produtores	100		
	- demais cooperativas	(6) 70		
B - descontos	- produtores e cooperativas	100	(2)	(2)
C - preços mínimos - empréstimos (EGFs)	- produtores e cooperativas; indústrias, beneficiadores ou comerciantes, exclusivamente para matéria-prima rural.	(3)	35	45
		100	(2)	(2)
D - créditos especiais				
- adiantamento a cooperados			(7)	(7)
- aquisição de bens para pos- terior fornecimento aos cooperados	- cooperativa	100	35	45
- antecipação de recursos de taxa de retenção				
- antecipação de recursos para integralização de quotas- partes				
- repasse (4)		(4)	(4)	(4)
E - investimento (5):				
- aquisição de máquinas	- produtores, cooperativas e pes- soas físicas ou jurídicas presta- doras de serviços mecanizados	100	(2)	(2)
- aquisição de tratores				
- aquisição de equipamentos				
- aquisição de veículos, inclu- sive embarcações;	- produtores e cooperativas			
- aquisição de bovinos;				
- florestamento ou reflores- tamento	- produtores, cooperativas e em- presas especializadas			

Notas: (1) Nos municípios beneficiados pela Circular nº 653, de 27.10.81, e por suas normas complementares, aplicam-se aos finan-
ciamentos de custeio agrícola as condições operacionais da Resolução nº 590, de 07.12.79, a saber:

Categoria do Beneficiário	Juros	Limite de Adiantamento
- miniprodutor, pequeno produ- tor e cooperativa	21%	100%
- médio produtor	30%	90%
- grande produtor	30%	80%

(2) A menor taxa vigente para as operações bancárias comuns com pessoas jurídicas;

(3) a ser fixado pela CFP, mediante entendimentos entre MINAGRI, SEPLAN e MINIFAZ;

(4) repasse: a) as mesmas condições aplicáveis aos subempréstimos, menos a remuneração da cooperativa - 2 (dois) ou 4 (qua-
tro pontos percentuais);

b) aplicam-se aos subempréstimos as condições do campo "A" ou "E", segundo o enquadramento operacional;

(5) sujeita-se às condições do campo "A" quando se tratar da aquisição de:

- máquinas e equipamentos, até 100 MVR por mutuário, por ano;
- máquinas e veículos de tração animal ou movidos por combustível não-importado;
- máquinas e equipamentos de irrigação;
- matrizes e reprodutores bovinos, até o valor global de 100 MVR por mutuário, por ano;
- bovinos de serviço, até 100 MVR por mutuário, por ano;
- bezerros, em "Feiras de Bezerros", até 100 MVR por mutuário, por ano;
- aeronaves de fabricação nacional, bem como respectivos motores e peças de reposição, hangares e demais investimentos
necessários à aviação agrícola;
- equipamentos de gasogênio, devidamente homologados, bem como sua adaptação, para instalação em motores dinâmi-
cos ou estacionários, empregados na atividade agrícola;

(6) nas áreas da SUDAM, SUDENE, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha (MG), os limites de adiantamento, até 30.06.82,
serão os seguintes:

a) médio produtor e cooperativa com menos de 70% do quadro social composto de miniprodutores e pequenos produtores.	80%	80%
b) grande produtor	60%	60%

(7) a menor taxa vigente para operações bancárias comuns com pessoas jurídicas, exceto nos créditos a cooperativas para adi-
antamento a cooperados por conta de produtos hortifrutigranjeiros, leite e derivados, lã, carne ovina e carne caprina en-
tregue para venda em comum, em que se aplicam as taxas de juros do campo "A".

Fonte: Carta-circular nº 737 do BACEN - 30.03.82.

nistas do Brasil, os quais atendiam 14% (145 mil) produtores. No Sudeste estavam 34% tanto de técnicos como de agricultores atendidos e, no Sul, 25% de técnicos e 40% de produtores. O Norte dispunha de 448 técnicos (5,2 do Brasil), atendendo a 34 mil produtores (3,3%) e, finalmente, o Centro-Oeste participava com 9,2% dos técnicos e 7,4% de agricultores assistidos.

Convém ressaltar, por fim, que a relação de atendimento de agricultores tem melhorado bastante no Nordeste, Norte e Sudeste e declinado nas demais regiões. Entre 1972/77, além disso, o número de produtores orientados aumentou no período de 96% no Nordeste, de 27% no Sudeste e de 36% no Brasil como um todo, índices que evidenciam o esforço de assistência técnica realizado pela EMBRATER na região Nordeste.

A Formação de Capital e as Despesas Intermediárias e de Operação

Os dados ilustrativos sobre a formação de capital no setor rural brasileiro são coletados por intermédio dos censos agropecuários. O último censo com dados disponíveis data de 1975. Alguns elementos sobre o assunto foram também produzidos pela Fundação Getúlio Vargas através de pesquisa por amostragem, para alguns Estados, referentes ao ano de 1969. No caso particular do Nordeste, a SUDENE estima anualmente os montantes dessas cifras, razão por que serão aqui mais destacados do que os atinentes às outras regiões.

Sabe-se, com base no censo agropecuário, que o capital total da agricultura do Nordeste era, em 1975, de Cr\$ 162,7 bilhões e a área dos estabelecimentos agrícolas de 78,7 milhões de ha. O Sudeste dispunha de um estoque de capital de Cr\$ 578,5 bilhões e a área nesses estabelecimentos alcançava 72,5 milhões de ha. Em comparação com 1960, ocorreu um aumento desse fator de 627% no Sudeste e de 363% no Nordeste. O principal componente do capital rural do Sudeste é o item "terras", com aproximadamente 80% do total, percentagem que há 15 anos atingia 65%. Os animais, em contrapartida, representavam 17%, caindo para 7,7% em 1975. No Nordeste, as terras também ocupam posição dominante, com 64% de capital neste último ano. Os prédios e construções cresceram bastante no período analisado, ocupando, no ano mais recente, 18%. Fato idêntico ao do Sudeste ocorreu no Norte quanto aos animais: de 25% em 1960, este percentual caiu para 15% em 1975. Tanto neste caso, como nos demais, deram-se mudanças estruturais, mas em todos os itens ocorreram também taxas de crescimento acentuadas, com sói acontecer com os animais, cuja participação, em termos absolutos, para a formação do capital rural do Nordeste evoluiu de Cr\$ 8,6 bilhões para Cr\$ 24,9

bilhões no período 1960/75. No Sudeste, esses valores foram, respectivamente, Cr\$13,8 bilhões e Cr\$44,4 bilhões, em termos reais, expressos a preços de 1975.

Dados obtidos de pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, sobre inventário dos estabelecimentos agropecuários de alguns Estados, concentram-se na tabela 20. Como explicam os técnicos desta Fundação, a elevada percentagem das culturas permanentes no Ceará é atinente ao algodão arbóreo; em Pernambuco, nas áreas de cana-de-açúcar, destacam-se as construções, máquinas, veículos e equipamentos.

A relação capital/produto (proporção entre o inventário e o valor total da produção) foi encontrada para os Estados do Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina na proporção de mais ou menos 4:1; São Paulo e Paraná com, aproximadamente, 6:1; Minas Gerais e Rio Grande do Sul com 5:1; e, finalmente, Pernambuco com a mais baixa relação, isto é, 2:6:1. Esta relação é indicativa do estágio tecnológico de uma região, mas poderá estar influenciada pela estrutura produtiva e pelos valores relativos dos produtos.

TABELA 20
Estados Amostrados
Discriminação do Inventário
(Valor Total do Inventário = 100%)

Discriminação	Ceará	Pernam- buc	Minas Gerais	Espírito Santo	São Paulo	Paraná	Santa Cata- rina	Rio Grande do Sul
Valor Total do Inventário	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Terras	25,02	36,06	59,92	45,42	58,12	56,70	59,22	62,22
Culturas Per- manentes	35,86	12,84	3,24	11,33	17,28	25,11	6,69	2,20
Construções e Benfeitorias	16,23	31,74	11,82	13,67	8,05	3,74	16,97	12,97
Máquinas, Veí- culos e equipa- mentos	3,83	7,11	4,53	3,23	4,83	2,57	5,27	4,92
Animais	19,06	12,24	20,47	26,33	11,69	11,88	11,82	17,67

Fonte: Explorações Agrícolas – Estado do Ceará – 1a. Parte.
FGV – Centro de Estudos Agrícolas, 1969.

De acordo com as classes de áreas, verifica-se que é insignificante a proporção do capital existente nos estabelecimentos de menos de 10ha. Em Pernambuco, a concentração do capital está nos estabelecimentos de 500ha e mais, enquanto no grupo de 10 a 50ha, apenas o item *culturas permanentes* tem participação mais significativa (55%) no total dos estabelecimentos. Em São Paulo, as classes de área com maior parte do capital são as de 100 a 500ha e as de 1.000ha e mais. As demais contribuem apenas discretamente para a formação do capital total.

Outras informações muito interessantes da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, conduzidas pelo Centro de Estudos Agrícolas, dizem respeito à participação das despesas de operação dos estabelecimentos agropecuários amostrados, cujos resultados estão na tabela 24.

No caso específico do Nordeste, deve-se assinalar que a formação de capital tem evoluído bastante desde 1960. No quinquênio 1960-65, o coeficiente de capital bruto total em relação ao produto interno bruto era de 15%. Em 1965-70 foi de mais ou menos 23% e, no período de 1970-75, atingiu aproximadamente 30%, nível extraordinário em termos internacionais. Em outras palavras, a taxa global de formação de capital do Nordeste, entre 1965-75, elevou-se em média a cerca de 14% ao ano. Aqui está, aliás, um dos motivos para as críticas ao modelo de desenvolvimento seguido pelo Nordeste. Acha-se injustificado, por exemplo, que esse significativo esforço de investimento não tenha contribuído proporcionalmente para a redução do subemprego e desemprego, bem como para a melhoria das condições sociais da região, especialmente considerando que a participação do setor público para a formação total de capital no Nordeste é de, aproximadamente, 44% e que os demais investimentos são fortemente disciplinados pelo governo. A participação do setor público na formação do capital total da agricultura do Nordeste foi de mais ou menos 10% em 1975/77, percentagem que subiu para 43% na indústria e 53% no comércio e outros serviços.

Para ilustrar o estudo da situação em discussão, encontram-se, a seguir, os dados sobre a formação de capital no Nordeste, sendo oportuno ressaltar apenas que, de 1965 a 1975, aumentou a percentagem do capital agrícola em relação ao total de 8,8% para 19%, apesar de que a indústria também acompanhou essa tendência, enquanto comércio e serviços perdiam posição.

CAUSAS DAS DIFERENÇAS DE RENDA NORDESTE/SUDESTE

As causas do subdesenvolvimento do Nordeste são freqüentemente atri-

TABELA 21
Evolução do Capital nos Estabelecimentos Agrícolas
1960-1975
NORDESTE

(Em Cr\$ 1.000.000 de 1975)*

Especificações	1960		1975		Variação Percentual 1960-75 (%)
	Valores Absolutos	%	Valores Absolutos	%	
Terras	21.271,9	60,5	104.186,1	64,0	389,8
Prédios e Constru- ções	4.374,2	12,5	29.830,0	18,3	582,0
Máquinas e Instru- mentos Agrícolas	407,0	1,2	2.198,9	1,4	440,2
Veículos	365,7	1,0	1.651,9	1,0	351,7
Animais	8.694,2	24,8	24.913,2	15,3	186,5
Total	35.113,0	100,0	162.780,1	100,0	363,6

SUDESTE

Terras	52.276,4	65,7	461.840,7	79,9	783,5
Prédios e Constru- ções	8.974,5	11,3	54.044,4	9,3	502,2
Máquinas e Instru- mentos Agrícolas	2.164,8	2,7	12.123,6	2,1	460,0
Veículos	2.286,4	2,9	6.039,9	1,0	164,2
Animais	13.840,0	17,4	44.464,7	7,7	221,3
Total	79.542,1	100,0	578.513,3	100,0	627,3

Fonte dos dados originais: Censos Agropecuários de 1960 e 1975 – F.IBGE.

Nota: (*) Foi utilizado o Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna da FGV.

TABELA 22
Formação Bruta de Capital Fixo Total por Atividade Econômica
(Estrutura Percentual)
NORDESTE

Cr\$ 1.000.000 de 1975*

Atividade Econômica	1965		1970		1975 (*)	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Agropecuária	847,8	8,8	1.933,6	10,5	6.703,1	18,5
Indústria	3.328,6	34,4	6.955,2	37,6	16.246,9	44,9
Comércio e Serviços	5.496,9	56,8	9.604,8	51,9	13.236,5	36,6
Total	9.673,3	100,0	18.493,6	100,0	36.186,5	100,0

TABELA 23
Taxa Geométrica de Crescimento Anual
(%)

Atividade Econômica	1965/70	1970/75 (*)
Agropecuária	17,92	28,23
Indústrias	15,88	18,49
Comércio e Serviços	11,81	6,62
Total	13,83	14,37

Fonte dos dados originais: Produto e Formação Bruta de Capital

— Nordeste do Brasil — 1965/79 — SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais.

— (*) Os dados do ano de 1975 estão sujeitos a retificação.

Obs.: Os valores absolutos foram inflacionados com base no IGP-DI da FGV.

TABELA 24
Estados Amostrados
Participação das Despesas de Operação e da Remuneração Atribuída ao
Capital Fundiário e à Atividade Empresarial no Valor Bruto da Produção
(Valor Bruto da Produção = 100%)

Discriminação	Ceará	Pernam- buco	Minas Gerais	Espírito Santo	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Valor Bruto da Produção	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1. Despesas de operação	52,75	62,29	46,86	45,46	45,94	38,98	74,67	37,02
1.1. Consumo intermediário	18,00	25,53	24,18	14,43	20,72	15,84	35,77	22,08
1.1.1. De origem agrícola	10,45	8,62	13,37	8,78	6,19	6,13	29,20	11,02
1.1.2. De origem não-agrícola	7,55	16,91	10,81	5,65	14,54	9,71	6,57	11,05
1.2. Remuneração do trabalho	31,35	30,72	20,88	26,90	23,96	20,75	37,29	14,10
1.2.1. Pagamentos efetivos	20,74	28,09	17,10	18,23	20,23	10,56	7,25	7,50
1.2.2. Responsável e mem- bros da família	10,61	2,63	3,78	8,67	3,73	2,18	30,04	6,51
1.3. Juros e arrendamentos	3,39	6,05	1,80	4,13	1,26	2,40	1,62	1,64
2. Remuneração atribuída ao capital fundiário e à atividade empresarial	47,25	37,71	53,14	54,54	54,06	61,02	25,33	62,18

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Explorações Agrícolas, Rio, 1969.

buídas a diversos fatores históricos, econômicos, internacionais, políticos, de dotação inadequada de recursos naturais, além de limitantes culturais e sociais. Torna-se difícil, contudo, distinguir entre os fatores causais e os efeitos do próprio atraso econômico. Quanto aos aspectos humanos e políticos, não tem sido possível até agora mensurar convenientemente os seus reais efeitos, mesmo sabendo-se que eles estão influenciando o atraso econômico e social da região.

Com o propósito de estimar apenas alguns indicadores técnico-econômicos explicativos das diferenças do nível de renda entre o Nordeste e Sudeste, foram feitos os cálculos comentados a seguir, com base em metodologia utilizada por Hans W. Singer e desenvolvida posteriormente pelo Prof. Antônio Delfim Neto.

De acordo com essas estimativas, a diferença entre a renda "per capita" do setor rural do Sudeste, de aproximadamente US\$ 1,000.00 em 1980, e a do Nordeste, correspondente a US\$ 403.00, decorria principalmente da maior proporção de jovens na população desta região, produtividade mais baixa e menor área por trabalhador, relativamente ao Sudeste, conforme indicado na tabela 25. Estes fatores explicam 85% da diferença da renda "per capita" da população residente nas áreas rurais das duas regiões, que correspondia, no total, a um valor a menos para a do Nordeste de US\$ 597.00 "per capita".

Por esses dados, verifica-se que o Nordeste tem um longo caminho a percorrer para superar as diferenças de desenvolvimento do meio rural em comparação com as regiões mais desenvolvidas, como é o caso do Sudeste do País. Além dos aspectos de obtenção de recursos, a grande tarefa a realizar será no tocante à organização e coordenação das diretrizes e instituições, no sentido de modernizar substancialmente a agricultura, sem criar desemprego e concentração da renda.

De fato, a mudança na estrutura de idade da população somente ocorre lentamente, e pouco poderá ser feito para que o Nordeste se iguale ao Sudeste, especialmente sabendo-se que também nessa região a população ainda se encontra em processo de envelhecimento por mais duas gerações. Assim, é provável que as diferenças entre o Nordeste e Sudeste continuarão por período superior ao de estabilização etária do Sudeste. Este fator, contudo, é responsável por uma diferença de apenas US\$ 90.00 "per capita" a menos no Nordeste rural, em relação ao Sudeste rural.

O aumento da área por trabalhador agrícola é também um problema

complexo e de longo prazo. Ao nível da mecanização existente, parece não ser mais possível continuar as tendências passadas de mais terra por unidade de trabalho, sem força mecânica auxiliar. Várias dificuldades carecem de solução nesse particular no Nordeste. O acentuado subemprego e desemprego, associados a uma taxa elevada do crescimento demográfico, seriam agravados, com repercussões sobre a já delicada pressão social dominante no campo e nas cidades da região. É notoriamente sabido que os solos do Nordeste são inadequados ao uso de tratores e equipamentos outros que removam as camadas férteis rasas e de fácil erosão. Isto sem falar na grande proporção de pequenos e microestabelecimentos que não comportam investimentos dessa natureza. Assim, tem-se de um lado a necessidade de aumento da área por trabalhador, para permitir uma elevação do nível de renda e de vida dos agricultores, e, de outro, as conseqüências sociais e técnicas que a mecanização do cultivo do solo poderia provocar. A idéia de que a recuperação dos solos pode ser compensada pelo uso de fertilizantes químicos tem sido descartada pelo alto risco que representa na agricultura nordestina, marcada por crises e irregularidades pluviométricas. É verdade que, em algumas áreas e para certas culturas, é plenamente viável a mecanização, além das regiões pecuárias onde a proporção de terra por trabalhador pode e tem aumentado consideravelmente. A questão crucial, contudo, é que o grande contingente populacional nas áreas rurais e a quase totalidade das lavouras, especialmente de subsistência, estão localizadas no semi-árido e nas áreas de pressão demográfica.

É fácil concluir, portanto, que o grande desafio e a maior esperança de melhoria das condições de vida da população estejam na elevação substancial da produtividade da terra e no desenvolvimento de culturas adaptadas às condições climáticas da região. Esta conclusão não é nova, mas até hoje não parece ter sido admitida seriamente. Apenas umas poucas instituições estão realmente voltadas ao estudo desta questão, que, se não for resolvida, igualmente não será também a da pobreza, da desnutrição e do atraso da agricultura nordestina.

O aumento da produtividade, como todos sabem, depende de melhores sementes, melhor uso do solo, melhor técnica, crédito adequado e preparação do trabalhador para as mudanças requeridas. A elevação da renda das famílias dos agricultores dependerá também da criação de indústrias rurais que permitam, juntamente com outras atividades terciárias, oferecer opções complementares de ocupação e atividade econômica durante um período maior do que aqueles curtos períodos de plantio e colheita. De fato, como destaca o Dr. Milton S. Eisenhower: "O desenvolvimento rural requer mais do que pesquisa, mais do que educação, mais do que crédito e produção melhorada.

Requer também bons transportes, serviços sanitários e um conjunto de outros fatores, que incluem um desenvolvimento industrial gradual dentro das zonas agrícolas. Este desenvolvimento industrial proporcionará emprego à população agrícola excedente”.⁴²

Em outras palavras, qualquer solução implicará o aumento da inversão no campo. Deve-se evitar a tradicional concentração dos investimentos apenas nas grandes propriedades, na pecuária e em culturas de exportação, cujos rendimentos tendem a retornar aos centros urbanos e outras regiões do País. São problemas difíceis e não podem ser resolvidos rapidamente.

Como diz George C. Lodge: “Deve dar-se uma alta prioridade às políticas que aumentam a capacidade das comunidades agrícolas para organizar-se, para desenvolver iniciativas, para vencer a resistência a mudança e para fazer realidade o progresso”.⁴³

Em resumo, uma das características mais marcantes do desenvolvimento é a modernização, sem a qual é inútil esperar progresso econômico real.

Por essa razão, é necessário ajudar aos produtores rurais com o propósito da modernização, pois os pequenos e médios agricultores não têm condições autônomas de ação, enquanto os grandes proprietários temem realizá-la por ver nisso uma ameaça ao sistema de poder, regido ainda por esse segmento da sociedade agrária. Não se devem conceber, todavia, programas assistenciais ou paternalistas que só resultariam em ostracismos da mão-de-obra, oportunidades de corrupção e desestímulo ao verdadeiro trabalho construtivo, indispensável ao desenvolvimento. Além do mais, no caso do Nordeste, não há possibilidades financeiras para programas improdutivos do tipo “doação” ou “soluções subsidiadas”.

Quanto à diferença do nível de renda “per capita” da zona urbana do Nordeste em relação ao Sudeste (ver tabela 25), os principais fatores explicativos são: a composição etária da população, diferença tecnológica, densidade de capital por mão-de-obra e outros fatores de menor importância. Em conjunto, estes elementos motivam uma dedução de US\$ 1,444.00, ou seja, enquanto a renda “per capita” do setor urbano do Sudeste era de US\$ 2,789.00 em 1980, a do Nordeste atingia apenas US\$ 1,345.00.

⁴² “Desarrollo rural”. México, DF. La Universidad Nacional Autónoma de México, 1965.

⁴³ Op. cit., p. 65.

TABELA 25
Estimativa da Diferença de Renda "Per Capita"
Entre o Nordeste e Sudeste (*)
1980

Setor Rural		Dólares/Habitante
I. Renda "Per Capita" no Setor Rural – Sudeste	=	1,000.00
Dedução Devido a:	US\$	
a) Composição etária da população	90	
b) Menor produtividade	207	
c) Menor área/trabalhador	200	
d) Outros fatores	100	
		–597.00
II. Renda "Per Capita" do Setor Rural – Nordeste	=	403.00
Setor Urbano		
I. Renda "Per Capita" no Setor Urbano – Sudeste	=	2,789.00
Dedução Devido a:	US\$	
a) Composição etária da população	470	
b) Diferença tecnológica	500	
c) Diferença capital/mão-de-obra	400	
d) Outros fatores	74	
		–1,444.00
II. Renda "Per Capita" do Setor Urbano – Nordeste	=	1,345.00

(*) Elaborado com base em: Hans W. Singer. "Estudo sobre desenvolvimento econômico do Nordeste". Recife, CO-DEPE, 1962. Antônio Delfim Neto. Conferência proferida na Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE). Brasília, Senado Federal, 1971.

Cabe lembrar as conclusões dos estudos do Professor Stefan H. Robock, quando trabalhou no Banco do Nordeste do Brasil na condição de especialista das Nações Unidas. Ao analisar o problema das disparidades regionais, afirma o renomado economista: "Deve-se encorajar uma mudança de filosofia para que o Nordeste concentre a atenção sobre seus ganhos absolutos e nas possibilidades de maior crescimento, em vez de preocupar-se exclusivamente em comparar seu desempenho com o de São Paulo. Além disso, a má distribuição de renda no Nordeste poderá ser problema muito mais sério para essa área do que as disparidades de renda entre regiões."⁴⁴

RUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE

A concepção dominante das diretrizes de política econômica para o Nordeste tem sido a obtenção de *acelerado crescimento da renda*, com o objetivo de diminuir as disparidades de desenvolvimento entre esta região e outras mais prósperas, especialmente o Sudeste.

Os resultados obtidos nos últimos 20 anos nesse particular são decepcionantes, em face dos esforços e montante de investimentos realizados. Têm sido insuficientes as conquistas no campo econômico, social e da melhoria das condições de vida da população pobre.

Por sua vez, os problemas estruturais do meio rural, particularmente de posse da terra, da fragilidade das cooperativas agrícolas e melhoramentos institucionais não foram ainda resolvidos satisfatoriamente.

Estudos realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil identificaram também outras graves dificuldades da economia nordestina que exigem urgente solução. As mais agudas nesse particular são:

- a) existência de níveis demasiadamente elevados de desemprego e subemprego, aliados à baixa produtividade no setor agrícola e acelerado processo de emigração dos campos para as cidades;
- b) extensa proporção de pobreza absoluta e amplo hiato de padrões de vida entre a população do Nordeste e do Sudeste do País;
- c) excessiva concentração de renda nos centros urbanos em relação às zonas rurais e por categorias sociais em ambas as áreas;

⁴⁴ "Desenvolvimento econômico regional: o Nordeste brasileiro". São Paulo, Fundo de Cultura, 1963.

- d) falhas na execução ou centralização excessiva das políticas econômicas para a região, enfraquecendo a capacidade decisória de implementação e controle dos programas de desenvolvimento regional;
- e) problemas sociais de habitação inadequada, alimentação deficiente, saneamento e baixos padrões de saúde pública, carentes da mais breve solução.

Diante dessas constatações, parece evidente que o empenho em obter o desenvolvimento regional não tem resultado no atingimento do duplo objetivo de crescimento econômico suficiente e benefícios sociais para a sociedade nordestina. Não pode haver dúvida, por isso, de que o problema do desenvolvimento do Nordeste seja prioritário e uma responsabilidade nacional, como condição para o próprio desenvolvimento do País.

Parece ilusório, portanto, pretender superar essas dificuldades mantendo a mesma estratégia de desenvolvimento até agora seguida. Há necessidade de uma mudança de ênfase nos objetivos, bem como na estratégia utilizada e aperfeiçoamento dos instrumentos de política econômica para a região. Há carência de uma abordagem abrangente, clara e permanente para o desenvolvimento rural que até o momento não contou com orientação segura e planejamento adequado.

A tarefa de superação do subdesenvolvimento regional, naturalmente, depende da solução de alguns problemas básicos que devem ser considerados seriamente nas políticas econômicas para o Nordeste, além da mera pretensão de aumento da renda e de outros indicadores gerais. Podem ser citadas como questões vitais para o êxito do projeto de desenvolvimento do Nordeste:

- a) modernização e aumento acentuado da produtividade agrícola;
- b) orientação das políticas para dar ênfase à redução do desemprego e subemprego, tanto urbano como rural;
- c) fortalecimento, por todos os meios, das iniciativas que ajudem a melhorar a distribuição da renda social e das condições de vida da população pobre;
- d) direcionamento da economia com vistas à disseminação espacial dos benefícios do desenvolvimento, com ênfase especial nas zonas

rurais, onde se encontram os maiores focos de subdesenvolvimento econômico e social.

Os recursos dos governos federal e estadual, associados à contribuição do setor privado local, deveriam ser canalizados para a solução desses reais problemas da região, ensejando também benefícios para a economia nacional quanto à:

- a) criação de uma economia fortalecida e gradativamente auto-sustentada, reduzindo a necessidade futura da transferência de recursos para a região;
- b) produção de excedentes de produtos comerciais destinados à exportação e geração de divisas para o desenvolvimento nacional;
- c) expansão do mercado interno para produtos locais e de importação de outras regiões, fortalecendo os laços de integração nacional;
- d) fortalecimento do sistema político nacional pela redução das pressões sociais que a pobreza fermenta;
- e) contribuição para a descentralização industrial e eliminação das deseconomias de escala dos congestionados centros industriais do País.

Assim, torna-se necessário explicitar claramente na política econômica regional os problemas centrais a serem atacados. Com essa orientação será mais fácil ajustar todas as diretrizes e instrumentos de atuação, evitando a disseminação dos escassos recursos em problemas sem prioridade para o autêntico desenvolvimento econômico.

Dessa forma, com base no diagnóstico, realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil, dos grandes problemas regionais, os objetivos-síntese para o projeto de desenvolvimento do Nordeste deveriam ser:

- a) crescimento o mais acelerado possível da renda, buscando maximizar os resultados em termos econômicos, sociais e espaciais;
- b) modernização da agricultura com base na unidade familiar e no apoio à empresa agrícola onde se tornar necessária;

- c) fortalecimento do setor industrial moderno, reorganização das empresas tradicionais e ajuda à pequena e média empresas, especialmente as agroindústrias e indústrias rurais das comunidades do interior;
- d) ampliação e organização dos serviços de suporte da agricultura, sem os quais dificilmente poderá ocupar suas reais funções econômicas e sociais no desenvolvimento regional, em proveito dos que efetivamente produzem.

Os maiores conflitos sociais que afetam o meio rural do Nordeste não decorrem fundamentalmente das relações puras entre o capital e o trabalho; entre os interesses nacionais e internacionais; ou entre a iniciativa privada *versus* governamental. As maiores distorções existentes na sociedade rural da região decorrem das relações de poder que têm favorecido predominantemente as cidades. As classes dirigentes urbanas criaram uma organização social que vinculam o “alto” burocrata ao sistema industrial, enquanto os agricultores, especialmente os médios e pequenos, são marginalizados do processo decisório, da barganha e participação das facilidades de ajuda existentes.

Sobre o assunto, o geógrafo Kempton Webb, da Universidade de Colúmbia (EUA), com o qual o autor teve oportunidade de trabalhar na qualidade de assistente, quando de sua estada no Brasil,⁴⁵ diagnostica: “A pobreza do Nordeste não decorre de uma herança ambiental, mas de uma combinação de fatores sociais e culturais. A coincidência entre as áreas sujeitas às secas do Nordeste do Brasil e a maior pobreza não expressa uma relação causal entre si. As verdadeiras causas da pobreza” — explica o professor Webb — “têm mais a ver com as antiquadas leis de impostos sobre a terra, sistemas de heranças, tipos de tenência da terra e as idéias de grupos que formam as elites sociais, econômicas e políticas, do que com o fenômeno climático das secas e fraqueza do solo”.⁴⁶

Por isso, num programa de autêntico desenvolvimento, recursos devem ser designados com o fim específico de se obter o máximo bem-estar para a gente que vive em condições de pobreza no meio rural⁴⁷ e que tem sido pre-

⁴⁵ Kempton E. Webb, Pedro Sisnando e Diniz Alencar Araújo. Suprimento de gêneros alimentícios básicos para a cidade de Fortaleza”. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1957.

⁴⁶ “A face cambiante do Nordeste do Brasil”. Rio de Janeiro, APEC/BNB, 1976.

⁴⁷ M. Lipton. “Why poor people stay poor, urban bias in world development”. Cambridge, Massachusetts, Havard University Press, 1977.

judicada pelo modelo de desenvolvimento até o momento executado no Nordeste. Isto não significa que a agricultura deve crescer sacrificando a industrialização, mas combinando o crescimento dos dois setores, pois não será também justo excluir desse processo os extratos sociais pobres dos centros urbanos.

A idéia é adotar um “modelo” que produza um processo de desenvolvimento que substitua o atual, de crescimento sem desenvolvimento.⁴⁸ Para tanto, torna-se necessário, no que tange à agricultura, “o estabelecimento de políticas, delineando os projetos, regras e regulamentos que dêem bastante atenção ao desenvolvimento gradual, absorção dos rurícolas pobres, numa economia rural em expansão”.⁴⁹ Isto implica a organização do sistema administrativo e das organizações de apoio à produção dos pequenos agricultores e suas necessidades. Por outro lado, torna-se necessária a adoção de medidas para a viabilização e motivação das comunidades rurais com este propósito.

Um outro requisito para um desenvolvimento mais equilibrado é o estabelecimento de ligações entre os setores agrícola, industrial e dos serviços na própria zona rural. Com este método as mudanças econômicas e sociais se completam mutuamente em proveito da integração como meio de aumentar os resultados (ver a figura 7).

Será necessário para a efetivação dessas diretrizes que ocorra um gradativo aperfeiçoamento das instituições, direcionado para uma atuação coordenada em certas áreas, segundo um método abrangente, que poderia começar por um conjunto de atividades mais restritas orientadas para a melhoria das condições do público-meta e, progressivamente, para toda a população regional.

Tais são algumas das concepções a que se propõe a nova estratégia de desenvolvimento rural integrado, que contém os fundamentos lógicos e objetivos voltados para o atendimento das aspirações de autêntico desenvolvimento econômico.⁵⁰

⁴⁸ M. Lipton, *op. cit.*, p. 42.

⁴⁹ Pedro Sisnando Leite. “Temas sobre desenvolvimento regional rural integrado”. Fortaleza, BNB/DITRE, 1981. (mimeografado).

⁵⁰ Pedro Sisnando Leite. “Planejamento e execução do desenvolvimento rural integrado”. Fortaleza, *Revista Econômica do Nordeste*, v. 13, nº 1, jan/mar. 1982.

9. BIBLIOGRAFIA

- ABDALLA, Ismail Sabri. **Depaysation ou développement rural? un choix de conséquences.** Le Caire, 1979.
- ALMEIDA, Elisa Mendes de. **Saúde e infra-estrutura.** Fortaleza, BNB/ETENE, 1977.
- ALVES, Eliseu Andrade. **A Produtividade da agricultura.** Brasília, EMBRAPA, 1979.
- ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de. **Análise da política de crédito à agricultura brasileira.** Piracicaba-SP., Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1980.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programas de crédito para inovação tecnológica na agricultura do Nordeste.** Fortaleza, 1982.
- BAUM, Warren C. **Finanças & desenvolvimento.** Washington, Fundo Monetário Internacional, 1977.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola. **Perspectivas da agricultura brasileira para 1978-79.** Brasília, 1978. p. 121.
- BRASIL. MINTER. **A Política de desenvolvimento regional no Brasil (1980-1985).** Brasília, 1979.
- BROWN, Lister R. **Seeds of change.** London, Praeger, 1970.
- COSTA, Rosângela Veras. **Desenvolvimento rural integrado.** Fortaleza, UFC, 1982 (inédito).
- EISENHOWER, Milton S. **Desarrollo rural.** México, La Universidad Nacional Autónoma de México, 1965.
- ENGELS. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Lisboa, Editorial Presença, 1975.

- HOLANDA, Antônio Nílson Craveiro. **Mecanismos de desconcentração espacial da economia**. Rio de Janeiro, BNB, 1978 (Apresentado no 2º Seminário de Integração Nacional patrocinado pela ABDE).
- LEBRET, L. J. **O Drama do século XX**. São Paulo, Duas Cidades, 1960.
- LEITE, Pedro Sisnando. Planejamento e execução do desenvolvimento rural integrado. Fortaleza, **Revista Econômica do Nordeste**, 13 (1), jan/mar. 1982.
- . **Temas sobre desenvolvimento regional rural integrado**. Fortaleza, BNB-DITRE, 1981. (mimeografado).
- LEITE, Pedro Sisnando *et alii*. **A Agricultura no Nordeste**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1971.
- LIPTON, M. **Why poor people stay poor, urban bias in world development**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1977.
- NAÇÕES UNIDAS. **Síntesis Estadística de América Latina — 1960-1980**. Santiago, CEPAL, 1981.
- NOBRE, José Maria Eduardo. Agricultura do Nordeste: fontes de crescimento. **R. Econômica do Nordeste**, 9 (2): 195-212, abr/jun. 1978.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **El Estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Roma, 1971.
- . **Incentivos y frenos para la producción agrícola en los países en desarrollo**. Roma, 1967.
- PAIVA, Ruy Miller. Os Baixos níveis de renda e salários na agricultura brasileira. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, 6 (4), out/dez. 1975.
- PASTORE, Afonso Celso *et alii*. A inovação induzida e os limites à modernização na agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, (30), 1976.
- PATRICK, George F. **Desenvolvimento agrícola no Nordeste**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.
- PLANNING COMMISSION. **State development plans review of progress**. New Delhi, 1958.

- PLUM, Werner. **Discussões sobre a pobreza das massas nos princípios da industrialização**. Bonn, Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.
- RANDHAWA, M. S. **Green revolution**. Delhi, Vikas Publishing House, 1974.
- REBOUÇAS, Osmundo Evangelista *et alii*. **Desenvolvimento do Nordeste; diagnóstico e sugestões de políticas — relatório-síntese**. *Revista Econômica do Nordeste*, 10 (2): 189-430, abr/jun. 1979.
- REBOUÇAS, Osmundo E. **Política fiscal e disparidades regionais no Brasil**. *Revista Pernambucana do Desenvolvimento*. Recife, CONDEPE, 1980.
- ROBOCK, Stefan H. **Desenvolvimento econômico regional: o Nordeste brasileiro**. São Paulo, Fundo de Cultura, 1963.
- . **Regional and national economic development in India**. New York, 1960.
- SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura. **Prognóstico — região Centro-Sul — 81/82**. São Paulo, 1981. v. 8.
- SILVA, Sérgio S. **Sobre a estrutura de produção no campo**. Campinas, UNICAMP, 1981. pt. 1. (Texto para discussão, 8).
- SINGER, Hans W. **Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste**. Recife, CODEPE, 1962.
- SUDENE. **Proposta do Plano de Desenvolvimento do Nordeste — 1980-85**. Recife, 1979.
- SZMRECSÁNYI, Tomás. **O Desenvolvimento na produção agropecuária — 1930-71**. Campinas, UNICAMP, 1981. 2v. (Texto para discussão, 9).
- THE OHIO STATE UNIVERSITY. **Farm growth in Brazil**. Columbus, Ohio, 1975.
- UNICEF. **Proposições alternativas para o atendimento das necessidades básicas de saúde nos países em desenvolvimento**. Washington, 1975.
- VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Nordeste: a 79a. Nação**. *Revista Econômica do Nordeste*, 12 (1), jan./mar. 1981.
- WEBB, Kempton E. **A face cambiante do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, APEC/BNB, 1976.

WEBB, Kempton E. LEITE, Pedro Sisnando & ARAÚJO, Diniz Alencar.
Suprimento de gêneros alimentícios básicos para a cidade de Fortaleza.
Banco do Nordeste do Brasil, 1957.

WORLD BANK. **Rural development.** Washington, february, 1975.

Abstract: Economic growth in Brazil has been regionally unbalanced, and nowadays the Northeastern and Southeastern regions show sharp differences in living conditions. During recent years, heated arguments have been held among academic, technical and political groups on the likely worsening of such disparities, specially regarding the Northeast. These inequalities are usually blamed upon the many biased economic policies, that were intended to enhance the most rich areas, letting all the others without. It is also very frequent the writing of papers that intend to show improvements in the process of levelling the rural zone development disparities. These papers are actually misleading the understanding of the true situation and the regional trend of this sector. This paper has as its main goal trying to bring out some informations and comments on the brazilian rural-regional development with the purpose of helping to clarify the current doubts on the subject and work out ways and means to solve the problems. Carrying out his professional duties in the Northeast and as such, more acquainted with its economics, the Author worked out his analysis looking through the farm problems, from a regional point of view, without overlooking Brazil's other regions. To make it easier, he put a high emphasis on the Northeast/Southeast confrontation as an example of the deep gap between these two regions, the most contrasting as far as development is concerned, within Brazil. This study do not mean put the blame on the Southeast and others regions for what has happened in the Northeast, but also it does not leave out the distinct treatment, whether conscious or not, that has acted against rural development in the Northeast. Likewise, other technical and economic aspects are reviewed in order to identify the true causes of Brasil's rural sector underdevelopment or development. The sole purpose of this modest work is to raise interest in discussing this important problem, particularly now, when agricultural progress is beeing taken as key condition to achieve, as all modern nations aspire, to fair, just and harmonious economic development.